

## Ata Circunstanciada da 14ª Sessão Ordinária

### ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

#### 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

#### ATA CIRCUNSTANCIADA DA 14ª

#### (DÉCIMA QUARTA)

#### SESSÃO ORDINÁRIA,

#### DE 11 DE MARÇO DE 2025.

INÍCIO ÀS 15H01MIN

TÉRMINO ÀS 19H02MIN

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Declaro abertas as inscrições dos deputados para o comunicado de parlamentares.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu cheguei ao plenário e dei uma olhada em todas essas faixas com os seguintes dizeres: “Nomeação já para técnicos de enfermagem”; “Nomeia já os auditores aprovados para vigilância sanitária” – nesta mencionam que, desde 2022, tiveram mais aposentados do que nomeações –; “Nomeação de enfermeiros generalistas”; há uma faixa que solicita ao governador Ibaneis a nomeação dos 206 auditores de obras; há outra que diz “Câmara Legislativa nos ajude no projeto de lei para criação dos cargos de analistas e defensores”; há também “Deputada Doutora Jane e deputado Wellington Luiz, contamos com o apoio de vocês para a nomeação dos 600 policiais civis”; “Aprovados os policiais penais em 2025, nomeação de 960 aprovados”; e mais uma “O Distrito Federal precisa de mais agentes de saúde.” (Palmas.)

Deputado Wellington Luiz, fiz questão de ler todos esses pedidos de nomeação, porque cada vez que um deputado ou deputada subir nesta tribuna para falar de um Estado grande, para falar que tem de diminuir a carga tributária, aquela que é arrecadada – não estou falando do tributo de alimentos –, temos de dizer que o Estado tem que ser grande mesmo e, por isso, tem que haver mais servidores para prestar serviço para a população. (Palmas.)

A saúde pública precisa de mais servidores para prestar serviço de saúde para a população. A segurança pública precisa de mais e mais trabalhadores para prestar serviço para a população. Quando ouvirem falar de Estado mínimo – a extrema-direita gosta de falar de Estado mínimo –, é um Estado sem servidor, é um Estado onde rico não quer pagar imposto para os pobres não terem serviço público. Isso tem que ficar patenteado aqui. O serviço público é fundamental, e é a população mais pobre que precisa efetivamente dele. Por isso, apoio todas as reivindicações que estão nessas faixas, porque o governo tem que nomear mesmo. Tem que haver profissionais para prestar serviço de qualidade para a população.

Deputado Wellington Luiz, ando muito preocupado, porque tenho visitado bastantes escolas. Visitei uma escola chamada Lobeiral, na zona rural de Sobradinho, e pude verificar, deputado Wellington Luiz, que há 10 professoras com contrato temporário. Pergunto aos senhores: dá para fazer educação pública de qualidade onde o corpo de 10 professoras é todo temporário? Não dá, porque, a cada ano, troca-se o efetivo. Portanto, precisamos efetivamente que esses servidores sejam contratados e que sejam permanentes.

E não venha ninguém me falar de Estado mínimo, porque sou contra ele. Eu quero o Estado máximo para prestar serviço para a população.

Presidente, vou falar de outro assunto. Quero falar dos trabalhadores terceirizados,

especialmente da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Vossa excelência viu a luta que nós travamos? Todo mês eu denunciava neste plenário uma empresa chamada Ipanema, que não pagava os salários em dia, tanto da limpeza como da vigilância. Felizmente, conseguimos trocar essa empresa. Só que entraram algumas empresas que estão cumprindo a lei direito, mas entrou uma praga chamada Gplan, que há 3 meses atrasa o pagamento daquelas trabalhadoras.

A maioria das trabalhadoras da limpeza são mães solo, com 2, 3, 4, 5 filhos para alimentar. Muitas dessas pessoas não têm moradia própria e moram de aluguel. E, quando o pagamento do aluguel atrasa, a primeira coisa que o dono do barraco faz é pedir o barraco. Imagina uma mãe com 5 filhos, que não pagou aluguel, porque a empresa prestadora de serviço onde ela trabalha não paga o salário, sem ter onde morar. Isso não é possível!

Portanto, faço um apelo à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, para romper imediatamente o contrato com a Gplan e contratar uma empresa que, pelo menos, pague o salário das trabalhadoras em dia. Espero que façam o que vossa excelência fez aqui, quando havia a empresa de copeiragem que contratou as meninas que servem o café e o pagamento atrasava todo mês: retirou aquela picareta que estava aqui. Agora podemos ver a satisfação, o prazer dessas meninas e rapazes, copeiros e copeiras, pois estão recebendo o salário em dia.

É isso o que precisa ser feito. Atrasou o pagamento, rompe-se o contrato e contrata-se uma empresa que presta o serviço com dignidade e que honra os trabalhadores, pagando o salário em dia.

Há outro ponto que desejo abordar rapidamente, que diz respeito ao restaurante-escola do Sesc, implantado aqui por vossa excelência – o qual contou com meu apoio. Esse restaurante merece nota 10. É necessário destacar o atendimento e observar, mesmo com o tamanho das filas, a rapidez no atendimento. A comida é barata e de qualidade. Hoje mesmo, com 22 reais, saí de lá de barriga cheia.

Portanto, vossa excelência está de parabéns por ter implantado aqui esse restaurante-escola do Sesc. Creio que todos os servidores estão satisfeitos. Quem não estiver satisfeito é porque não gosta do que é bom.

Agradeço, presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, sem dúvida alguma, esse é um dos legados mais importantes.

Permita-me somar a vossa excelência em relação à contratação de servidores. Também entendo que o Estado deve ser exemplar no que se refere à prestação de serviços à população do Distrito Federal. Eu sou servidor público há 19 anos e tenho a honra de dizer que, na nossa legislatura – já tivemos várias outras –, somos pró-servidor. Eu sou servidor, vossa excelência é servidor, o deputado Fábio Félix é servidor e temos muitos outros servidores. Mesmo aqueles que não são têm hoje uma grande sensibilidade. Fico muito feliz quando vemos a galeria lotada de candidatos a cargos públicos, que sabem que encontram amparo nesta casa.

Lembro, por exemplo, a rebelião de 2002 no sistema penitenciário, que resultou em várias mortes. O serviço público não tinha como enfrentar o crime, porque não havia servidores suficientes. Por isso, precisamos, sim, contratar policiais penais. Essa é uma necessidade urgente, para que não passemos novamente pelo que vivemos no passado – graças a Deus, um passado longínquo. É fundamental que cuidemos dessa questão.

Na área da saúde, sabemos da importância dos servidores, pois são eles que cuidam da nossa vida, da vida dos nossos servidores e da vida da nossa família. Alguns dias atrás, eu estava viajando e soube que meu netinho estava com febre. Fiquei quase doido, mas, graças a Deus, ele foi imediatamente atendido. Isso é extremamente importante para que tenhamos qualidade de vida.

Portanto, vocês, que estão aguardando serem chamados, não tenham dúvida, como disse o deputado Chico Vigilante, quanto ao apoio da Câmara Legislativa. Faremos as gestões necessárias e, sempre que projetos relacionados a servidores chegarem aqui, nós os pautaremos e votaremos de imediato, pois isso representa um respeito àqueles que cuidarão da população do DF. Sejam muito bem-vindos a esta casa.

O deputado Chico Vigilante falou do Sesc, que é um orgulho para nós. Alguns duvidaram, trabalharam contra e disseram que não conseguiríamos – não é, deputado Chico Vigilante? Lembro que o deputado Chico Vigilante deixou claro que aceitaria isso desde que fosse um Sesc – e ele está aqui. Na primeira semana, deputado Chico Vigilante, este Sesc arrecadou mais do que todos os outros Sesc

do Distrito Federal, o que demonstra que estávamos certos.

Parabenizamos os deputados e lhes agradecemos o apoio. Parabenizamos o presidente da Fecomércio e o presidente do Sesc, Valcides. Muito obrigado.

Registro a presença do nosso secretário Marcelo, da nossa secretária Janaína e do nosso chefe de gabinete Daniel.

Agradeço aos moradores de condomínio, aqui representados pelo delegado João Carlos Lóssio, meu amigo e companheiro, com quem tive a alegria de trabalhar na Polícia Civil; à Junia, presidente da Unica; à Rose e a muitos amigos.

João, a deputada Paula Belmonte estava, ainda há pouco, discutindo a importância desse projeto. É mais uma com cujo apoio podemos contar. Inclusive, deputada, ainda temos assuntos a tratar, mas sabemos que essa matéria é importante.

Deputada Paula Belmonte e deputado Pastor Daniel de Castro, ontem conversei com os deputados. Lembro que já há algumas notificações de derrubada em Vicente Pires – 3 – e no Solar de Brasília – as 2 guaritas. Já houve uma derrubada em Arniqueira, na Chácara 89. Então, a Câmara Legislativa, neste momento, precisa dar uma resposta a esse problema e, para isso, peço o apoio de todos os deputados e de todas as deputadas.

Quero dizer que o secretário e as secretárias estão nesta casa. Eu já citei o nome do Marcelo Vaz, competente técnico, do Daniel e da Janaína. Todos eles estão aqui para tirar as dúvidas dos deputados sobre essa matéria. Mais uma vez, agradeço a todos vocês.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Agradeço a presença aos candidatos à Polícia Civil. Estamos trabalhando muito para que todos sejam chamados. Houve uma convocação importante para a Polícia Civil, mas ela ainda não foi suficiente. Vivemos o momento mais difícil da história da Polícia Civil, e vocês ajudarão muito a cuidar da nossa cidade. Os números hoje já nos agradam, mas ainda não são suficientes. Tenho certeza de que os futuros policiais civis nos ajudarão muito. Muito obrigado pela presença de vocês.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde, deputados, deputadas, servidores da Câmara Legislativa e todas as pessoas que acompanham a sessão aqui na galeria da Câmara Legislativa do DF. Sejam bem-vindos.

Vejo aqui algumas das tantas lutas por nomeação hoje. Algumas delas serão votadas no projeto que deve ser apreciado no plenário, ainda hoje.

Eu queria registrar que, há poucos dias, fui ao HMIB fazer uma inspeção, pela CDDHCLP, e apuramos um déficit de 300 técnicos de enfermagem naquele hospital – só em 1 hospital! Isso mostra a necessidade de nomeações, tanto de técnicos de enfermagem, como de enfermeiros e enfermeiras na Secretaria de Saúde do Distrito Federal com muita urgência. (Palmas.)

Estamos falando de déficit na saúde. No HMIB havia um déficit de 38 neonatologistas para atender às crianças, aos recém-nascidos. É muito importante que o governo dê uma atenção especial às nomeações da saúde, que hoje é o grande gargalo desta cidade. Mas há outros profissionais importantes que estão pedindo nomeação, como os auditores da Vigilância Sanitária. Há também um projeto da Defensoria Pública, tanto de analistas quanto de defensores. Enfim, muitas lutas de servidores e, como o nosso presidente já citou aqui, nós somos favoráveis à nomeação de servidores e servidoras, desde que atenda ao interesse do serviço público, mas, principalmente, desde que atenda ao interesse da população por um atendimento de qualidade, e é o caso das instituições que estamos falando.

Contem com o nosso apoio. Contem com o apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Presidente, eu quero aproveitar esse primeiro pronunciamento de hoje, estamos retomando agora os trabalhos e eu quero lembrar do dia de ontem. O dia 10 de março, ontem, foi o dia mais quente em março da história do Distrito Federal. Esse é um recado do que estamos vivendo de mudança climática, de necessidade de conforto térmico, de cuidado com o meio ambiente. E essa discussão nos tem gerado muita reflexão.

Ano passado, eu fiz um requerimento de informação à Novacap, para tentar entender como funciona o plantio de árvores no Distrito Federal. Eu quero dizer que muitas pessoas acham que plantar árvore é uma questão quase voluntária. Cada um planta o que quer e é isso. E não funciona exatamente assim. Podemos plantar árvore, sim. É bom plantar árvore também, mas é necessário que haja planejamento urbano para isso. Existem órgãos do governo que são responsáveis tanto para o planejamento urbano em relação ao plantio, quanto para o quantitativo e efetivação do plantio, para investimento na área de plantio em árvore.

Obtivemos os dados coletados de 2015 a 2024, que chamaram muito a nossa atenção, presidente. A contradição desses dados é alarmante. Para vocês terem noção, as 3 RAs que mais receberam plantio de árvores foram: Plano Piloto, Lago Sul e Park Way. O Lago Sul, com uma população de 26 mil habitantes, recebeu 36 mil novas árvores, apenas nesse período; enquanto Vicente Pires, deputado Pastor Daniel de Castro, que tem quase 100 mil habitantes, recebeu 3.300 árvores. O Park Way recebeu 22.400 árvores, enquanto o Itapoã recebeu 800 árvores. Olhem a diferença em relação ao plantio de árvores nesta cidade! Isso nos revela algo.

Sabemos que há desigualdade social. Quando nós do PSOL falamos de desigualdade, o povo até cansa de tanto que falamos sobre esse tema. Essa é a realidade da cidade. Estamos falando de desigualdade ambiental, no mínimo, com o calorão que estamos vivendo. Imaginem: se em março nós estamos vivendo já o dia mais quente da história do mês de março no Distrito Federal, esperem para o agosto que nós vamos viver este ano com a seca que está prevista para o Distrito Federal.

Isso revela um pouco aquilo com que nós precisamos nos preocupar: o investimento numa política de arborização. Por isso, o nosso mandato apresentou um projeto de lei para organizar isso no DF, que diz muito claramente que a obrigação é do Governo do Distrito Federal, tanto o planejamento quanto a efetivação de uma política pública de arborização.

Nós apresentamos um projeto de lei, deputados, e vamos cobrar o governador. Vamos fiscalizar a arborização. Não dá para o Plano Piloto ter tido plantio de cerca de 8 mil árvores, em 2023 e 2024, e algumas cidades, como o Gama, não terem tido nenhuma árvore plantada. Não dá para nós vivermos mais nessa contradição que é o puro suco da desigualdade. Quem paga a conta disso é a população. Isso é óbvio, você não precisa nem ter a mesma concepção ideológico-partidária que eu. Isso é a desigualdade pura. Quem paga o pato do calor, da falta de dignidade, da falta de conforto térmico, da falta de acesso à infraestrutura e outras tantas coisas é a população mais pobre. É ela quem paga o pato dessa desigualdade.

Por isso, nós fizemos um projeto de lei para promover a arborização com igualdade ambiental no Distrito Federal. Não há novidade nisso. Não devia ser novidade esse planejamento, mas esse projeto está sendo apresentado agora e essa cobrança está sendo inaugurada agora ao Governo do Distrito Federal.

O nosso projeto estabelece metas baseadas nas recomendações da OMS, a Organização Mundial de Saúde: mínimo de 15 metros quadrados de área verde por habitante, 1 árvore por habitante em cada região administrativa e acesso a um espaço arborizado a uma distância máxima de 500 metros de qualquer residência. Isso é o mínimo que a OMS prevê em relação à arborização.

Reforço esse tema. Para nós, esse é um tema prioritário, especialmente pelos tempos que nós estamos vivendo. Você pode não acreditar em tudo que eu falo, você pode não concordar com muitas defesas que eu faço aqui, mas é preciso reconhecer algumas pautas que são unitárias. A questão climática é uma questão emergencial no nosso país e no mundo. A questão climática é uma questão emergencial no Distrito Federal, assim como a questão ambiental e a da desigualdade também.

Nós somos a segunda unidade deste país mais desigual em relação a acesso a renda. Isso também tem consequências em acesso a serviços públicos e outras questões. Uma política de arborização que leve em consideração a questão da igualdade é fundamental, e essa vai ser, daqui para frente, uma das lutas prioritárias do nosso mandato.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Deputado, eu estava conversando com o deputado Pastor Daniel de Castro. De fato, os números nos preocupam. Vamos solicitar informações. Eu moro no Park Way e eu gosto muito do meio ambiente. Acho que lá nós estamos bem atendidos. No entanto, existem cidades, como Itapoã e Vicente Pires, que não são bem atendidas. Vossa excelência lembrou bem isso. O deputado Pastor Daniel de Castro já tem essa pauta sendo discutida há 4 anos. Eu acho que, independentemente de

posições ideológicas ou partidárias, o que é legítimo dentro do processo, esse entendimento que vossa excelência trouxe é preocupante, inclusive para nós deputados da base.

Nós precisamos saber o que de fato está acontecendo. Você tem o nosso compromisso. Pelo trabalho que o deputado Pastor Daniel de Castro faz em Vicente Pires, pouquíssimos trabalharam como esse homem trabalhou, com certeza, fica claro que essa questão o incomoda também.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, enquanto o deputado Fábio Félix discursava, eu falava com vossa excelência que há 4 anos estou discutindo esse assunto com o doutor Raimundo, que é do DPJ, o Departamento de Parques e Jardins da Novacap. Eu não sei se vossa excelência o conhece ou já conversou com ele. Ele é o papa do ambientalismo e dessa questão de arborização.

Há 4 anos trabalho para realizar o meu sonho de mudar o nome das avenidas de Vicente Pires. Os nomes passariam de Rua 6, Rua 8, Rua 10 para Rua do Ipê Rosa, Rua do Ipê Roxo, Rua do Ipê Amarelo. Adotaríamos nome de árvores. Vimos conversando sobre isso e, ao longo desses 4 anos, conseguimos 3.900 mudas de árvores para Vicente Pires.

Quando seu projeto foi apresentado, houve uma repercussão, e me chamou a atenção uma foto do Metrôpoles, no sobrevoo que fizeram, que mostra essa região central e a região de baixo. Na foto vemos realmente essa disparidade e o quanto é importante o plantio de árvores.

Eu já brigava por isso em Vicente Pires. Eu me somo a vossa excelência. Acho que não é questão de governo ou de oposição, mas é uma grande luta.

Se vossa excelência quiser, eu gostaria de ir ao Raimundo com vossa excelência. Eu estou brigando por Vicente Pires, vossa excelência briga pelo resto de Brasília e conseguiremos o plantio para toda Brasília. Acho que isso é necessário nesse momento de poluição urbana. Sabemos da importância das árvores para a qualidade de vida, para as pessoas, para a respiração, para o pulmão.

Quero parabenizar vossa excelência pela luta. Quando eu vi o projeto, pensei: “Eu estou brigando por Vicente Pires, enquanto o deputado Fábio Félix teve uma visão para todo o Distrito Federal.” Isso tem que vir à tona. É necessário.

Quero parabenizar vossa excelência por isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, primeiro quero dizer, deputado Pastor Daniel de Castro, que, quando vimos os dados, isso chamou muito a nossa atenção, porque a contradição é enorme. Quando olhamos para 2023 e 2024, percebe-se que há regiões administrativas que não tiveram nenhuma árvore plantada. Em algumas regiões, as mais ricas especialmente, houve muitas árvores plantadas.

Não há hoje sequer um inventário dessa plantação, quer dizer, uma organização da plantação de árvores. Muitas pessoas vão dizer que o Plano Piloto, o Lago Sul, são áreas planejadas, são áreas do conjunto urbanístico, ou algo assim. Isso não faz sentido, porque há cidades antigas, que já são planejadas, que já têm reorganização e uma série de planos estruturantes. Não faz sentido haver cidades praticamente sem árvore.

Estamos vivendo hoje uma emergência, uma questão pluripartidária, realmente: que é a luta em defesa da dignidade das pessoas. Haver árvores e um planejamento em relação à arborização nas cidades, com enfoque ao enfrentamento à desigualdade, tem a ver com garantir a dignidade de todas as pessoas.

É muito importante que vossa excelência se some nessa luta. Nós vamos inclusive compartilhar os dados que nos chocaram em relação ao plantio de árvores no Distrito Federal com todos os deputados até para cobrarmos ação da gestão da Novacap em relação a esse tema e colocar mais investimentos nessa área.

Peço o apoio de vossa excelência para aprovarmos o projeto de lei que protocolamos aqui, de forma unitária nesta casa, quanto antes, para que possamos cobrar uma política de arborização para o enfrentamento da desigualdade ambiental.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, por gentileza, peço que vossa excelência inclua meu nome no comunicado de parlamentares.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Registro a presença da secretária Daniele. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Presidente, cumprimento todos os parlamentares, todas as parlamentares e todos os assessores aqui presentes. Cumprimento também o pessoal que está na nossa galeria. São vários servidores, auditores. Sejam muito bem-vindos! (Palmas.)

Hoje eu gostaria de falar dos auditores fiscais de atividades urbanas do Distrito Federal. (Palmas.)

Existe um panorama que está causando muita estranheza, primeiro, no que se refere ao concurso dos auditores fiscais, que foi realizado para 5 especialidades, com vagas imediatas para 114 servidores. Há um cadastro reserva com 656 candidatos prontos para assumirem o cargo. Existem 985 candidatos homologados. Eles fizeram o curso de formação e estão aprovados. Até o momento, 165 foram convocados. Estão prontos para assumir o cargo de auditor fiscal 820 servidores. Além disso, há 1.327 excedentes aptos a fazerem o novo curso de formação.

Hoje, o panorama da carreira prevê 1.703 cargos, mas estão na ativa apenas 877 servidores. Se prestarem bem atenção nesses números, os senhores verão que isso é um absurdo, porque não há como fiscalizar todo o Distrito Federal, em 5 especialidades, com apenas 877 servidores, se são previstos 1.700. Hoje, existem 1.070 cargos vagos. Então, é possível chamar os 820 servidores que fizeram o curso de formação e convocar também os excedentes, para que façam o curso de formação. (Palmas.)

Quero destacar 2 pontos importantes.

A primeira questão é sobre a atividade da especialidade de transporte. Em um ofício emitido pela Semob, constam 144 auditores de transporte ativos hoje no DF. Deputado Fábio Félix, são 144 auditores de transporte ativos no DF. A Semob fez a destinação de 100 auditores para fiscalizar os camelôs, que é atribuição do auditor de atividades econômicas. Não entendi isso. Restariam apenas 44 auditores fiscais para fazer a fiscalização de transporte de todas as empresas, de todos os táxis – algo muito esquisito.

Depois, houve um ofício do DF Legal pedindo a transferência de 100 auditores de transporte da Semob para o DF Legal. Para fazer o quê? Atribuições da especialidade de atividades econômicas. De novo, ficariam 44 auditores na Semob para fazer toda a fiscalização de transporte. Esses auditores seriam levados para o DF Legal – algo que também não entendi.

Na semana retrasada, encaminhei ofício à Secretaria de Transporte e ao DF Legal, para que me expliquem o porquê desse desvio de função. Auditores de transporte – uma atividade específica – sendo levados para uma atividade que não é a deles contraria até uma decisão judicial que já existe. Há uma decisão de nulidade da Portaria nº 02/2023, em que já tinham feito isso uma vez. A decisão é do Tribunal de Justiça: o Acórdão nº 1.952.209. Inclusive, esse acórdão já foi analisado em janeiro do ano passado – algo mais estranho ainda, porque a própria assessoria jurídica da Semob fala que tem de cumprir a decisão, que os auditores de transporte não podem, de forma nenhuma, exercer a atividade dos auditores de atividades econômicas. Isso está muito esquisito.

Presidente, agora vou falar, como auditor, com todos os nobres deputados. Pergunto a vossas excelências o que estão querendo fazer com a nossa auditoria. Surgiu uma situação que me chamou muita atenção: por que há auditores de atividades econômicas aprovados e eles não são convocados? A primeira ação que o DF Legal deveria ter feito seria pedir ao governo que exerça sua função e convoque todos os aprovados em atividades econômicas. Estaria resolvido o problema. Além disso, não poderiam ser desviados de função.

Agora, surgiu uma outra situação que achei estranha, a qual também procurei questionar. Falaram que estão querendo levar todos os auditores para o DF Legal, de todas as especialidades: resíduos sólidos, meio ambiente, transporte, obras e atividades econômicas.

Eu me perguntei se estavam querendo levá-los para lá para compor uma grande secretaria de fiscalização. Seria ótimo, desde que seja cada um na sua especialidade. Mas me falaram que não é isso, presidente; falaram que querem que todos os auditores sejam generalistas, ou seja, que todos atuem em todas as áreas. Eu fiquei mais doido ainda. Por quê? É como se o deputado Hermeto estivesse com a perna quebrada e um médico ginecologista fosse atendê-lo. Há lógica nisso, deputado Hermeto? Não há lógica! Seria como se o sargento-enfermeiro combatesse com a tropa. Não há lógica! O consultor legislativo da área de meio ambiente da Câmara Legislativa faria a consultoria de constituição e justiça. O policial, como o deputado Wellington Luiz, trabalharia como perito, ou seja, uma situação meio maluca. Não há como se fazer isso! Como um auditor fiscal da área de meio ambiente – formado na área de meio ambiente, como eu – atuará na área de obras? Precisa ser engenheiro, técnico, conhecer toda a legislação. Isso é loucura. Mas há solução. Para a fiscalização do Distrito Federal, cria-se uma universidade, um curso superior de 4 anos e forma todo mundo em todas as especialidades. Não há lógica nisso.

Já fiz questionamento ao DF Legal, à Semob, para que, o mais rápido possível, seja cumprida essa decisão, para que isto jamais volte a acontecer: servidores desviados de suas funções. Já há decisão judicial. Isso é um absurdo, principalmente, porque há auditores fiscais aprovados, com curso de formação pronto. Será que estão querendo desmontar a fiscalização de transporte no Distrito Federal? Porque está acontecendo com uma especialidade. Atenção sindicato, atenção carreira! Pode ser que, daqui a pouco, queiram fazer com as outras especialidades. Vamos ficar atentos. Podem ter certeza de que, no parlamento, vocês terão o apoio dos 24 deputados.

Obrigado, presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado João Cardoso, parabéns pelo pronunciamento.

Quero registrar a presença do presidente do IPEDF, doutor Manoel. É um prazer recebê-lo. Seja bem-vindo. Obrigado. Hoje, se Deus quiser, votaremos importante projeto. Manoel está aguardando isso desde a semana retrasada. Acredito que hoje haverá quórum suficiente.

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder.) – Presidente, cumprimento vossa excelência, todos os deputados presentes, os nossos amigos do plenário, a assessoria. Cumprimento os nossos auditores fiscais de atividade urbana, de obras e todos aqueles que vieram fazer reivindicações, como os técnicos de enfermagem; os analistas; os defensores; os aprovados para a Polícia Civil e para a Polícia Penal, que estão aguardando a convocação há algum tempo; e os agentes de saúde. Nesta casa, já há muito tempo, temos recebido manifestações de diversas categorias. (Palmas.)

Deputado Wellington Luiz, vossa excelência representa a Polícia Civil e a Polícia Penal e sabe o quanto esta casa tem ajudado o governador a entender a necessidade de suprir a vacância de servidores. Isso nos dá muito orgulho. Os servidores precisam ser nomeados para que a máquina não pare.

Hoje, quero me ater exclusivamente aos auditores de atividades urbanas. São 208 servidores homens e mulheres. Entre eles, há pessoas com deficiência, que passaram no concurso e estão aguardando a nomeação. Foram nomeados 20 auditores de atividades urbanas. A previsão era nomear mais 40 em janeiro, totalizando 60 nomeados. Ainda falta nomear 148 auditores. Estamos numa grande expectativa.

Já vou dar para vocês uma notícia boa. A expectativa é que, ainda neste semestre, nomeiem cada um de vocês, completando os 208 que estão na expectativa, aguardando a convocação. (Palmas.)

Também quero falar dos 375 que ainda têm de fazer o curso de formação. O curso de formação é muito importante porque lhes dá o direito de serem incluídos na convocação que o governo venha a fazer. Sem o curso de formação, eles não podem ser convocados. A grande preocupação é que, em outubro deste ano, prescreve a banca que vai fazer a formação dos novos 375 auditores.

Já recebi a comissão, por diversas vezes, em meu gabinete. Eu me comprometi a estar ombreado com vocês. O nosso amigo deputado João Cardoso fez, há pouco, uma manifestação em favor dessa causa. Nós nos comprometemos a nos reunir com o secretário de Economia, Ney Ferraz.

Acabei de ligar para ele e já confirmei a reunião a ser realizada daqui a pouco. Quando eu sair deste plenário, irei me reunir com ele. (Palmas.)

Creio que teremos boas notícias. Vamos fundamentar o ofício que vocês nos apresentaram. Tenho certeza de que o Ney vai agir com muita sabedoria. O governador chamou mais de 26 mil servidores para assumir cargos no Distrito Federal. Fico muito feliz em saber que o governador e o Ney Ferraz têm compromisso direto com essas categorias.

Então, tenham o meu compromisso. Podem contar com o nosso apoio, constantemente. (Palmas.)

Presidente, também quero deixar outra notícia maravilhosa para nós, para as pessoas com deficiência e para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em decisão unânime – em decisão unânime! –, em segunda instância, reafirmou incontestavelmente que as pessoas com Transtorno do Espectro Autista são consideradas pessoas com deficiência; bem como essas pessoas consideradas com deficiência, os TEAs, têm direito a fazer concursos públicos com direito garantido agora, baseado na Lei nº 12.754/2012, que é uma política de proteção ao direito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista que assegura ao cidadão esse direito.

É uma grande conquista aqui no Distrito Federal, uma vez que eu fiz o manifesto aqui nesta casa, aqui mesmo desta tribuna, mostrando que a própria banca da Secretaria de Economia estava negando a algumas pessoas com esse tipo de transtorno que passaram em concursos a nomeação no concurso público porque não havia legalidade de lei.

Nós temos agora favorável a esta causa, aos TEAs, às pessoas com o espectro autista aqui da nossa cidade, da nossa capital, que agora aqueles que passarem em concursos públicos têm direito garantidos a assumir sem necessidade de apresentação de outros relatórios. Essa é uma grande conquista. Nós temos trabalhado desde o mandato passado comprometendo-nos com essa causa e temos sido enfáticos aqui mesmo para não deixar essa situação morrer.

Quero também agradecer ao governador Ibaneis, que se empenhou a todo momento em prol da causa das pessoas com o espectro autista.

Para nós, é uma grande vitória. Eu tenho certeza de que vamos avançar ainda mais e fazer com que as pessoas com o espectro autista, entre outras deficiências, sejam cada dia mais importantes no meio da sociedade.

Era isso. Muito obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Iolando.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos demais parlamentares presentes. Boa tarde às equipes de assessoria, ao pessoal da imprensa, ao pessoal na galeria que nos acompanha hoje. Boa tarde a vocês, que assistem a esta sessão pela TV Câmara Distrital e pelo canal do YouTube.

José Genoio, José Dirceu e Dilma Rousseff. O que essas pessoas têm em comum? Todos eles fizeram parte de uma guerrilha armada, e, durante o regime militar, cometeram crimes diversos; crimes como assaltos, sequestros, explosões de bombas, e por aí vai. Eles têm em comum também o fato de que todos eles foram anistiados dos crimes que haviam cometido. Anistiados pela Lei nº 6.683/1979. Eu vou repetir: guerrilha armada; sequestros, inclusive de embaixador; tentativas de atentado contra a vida das pessoas; assaltos a bancos. Todos foram anistiados pela Lei nº 6.683/1979.

Eles mantiveram o mesmo grupo unido – não sei se dá para chamar de grupo ou bando – e se espalharam pela política nacional até chegarem ao poder maior da República Federativa do Brasil, a Presidência da República. O mesmo grupo em diferentes partidos. No regime civil, também responderam por crimes do mensalão ao petrolão. Os mesmos nomes, as mesmas pessoas.

Parlamentares de partidos políticos desse espectro ideológico da esquerda comunista, extremista, anticristã, vieram aqui, 2 semanas atrás, pedir dinheiro para fazer Carnaval, porque é uma festa cultural, é a festa do povo, é uma espécie de celebração do povo brasileiro da sua miséria e da sua ignorância. Precisa-se de dinheiro público para isso.

Na verdade, o que se viu nas redes sociais é que esses parlamentares autointitulados da bancada da maconha da Câmara Legislativa diziam fazer proselitismo político e, pior que proselitismo político, esculhambavam e zombavam de pessoas que estão sendo presas injustamente com

condenações de 14, 15, 16, 17 anos. Eles bradavam: "Sem anistia! Sem anistia!" É o mesmo grupo que persegue um padre católico que reza todos os dias às 4 horas da manhã, porque tem raiva do cristianismo e do que o cristianismo representa. É o mesmo grupo. Os guerrilheiros queriam anistia e tiveram anistia. Todavia, uma senhora que escreveu de batom na estátua, para ela "sem anistia". Sem anistia para os presos políticos de 8 de janeiro. Eles bradavam sorridentes sobre o túmulo de Cleriston, que morreu sob a tutela do Estado. "Sem anistia!", bradavam eles.

A zombaria e a maldade que se fazem contra pais e mães de famílias, manicures, pequenos empresários, sem individualização da conduta, sem dosimetria adequada da pena, sem nada... Mas eles vieram aqui pedir dinheiro público para isso. O povo brasileiro não aguenta mais. Quais crimes essas pessoas cometeram? Quebraram vidraças? Escreveram com batom em uma estátua? Isso parece justo para a população brasileira? Não parece. A justiça vem mais cedo ou mais tarde, assim como a anistia.

No dia 16 de março, o Brasil vai se reunir na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.

(Falha na gravação.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder.) – ... jamais deveriam sofrer pelo que não fizeram e têm sido zombados por uma parte pequena do espectro ideológico e político brasileiro, pequena, porém barulhenta e que precisa ser rechaçada sempre, em todo tempo.

A esses que acham que têm o direito de perpetrar tamanha maldade contra filhos órfãos de pais vivos, deixo um recado: a justiça vem cedo ou tarde, a da terra ou a do céu, nesta vida ou na próxima. A justiça vem.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Chamo a atenção dos deputados. Nós estamos discutindo aqui, e ontem isso foi acordado na reunião do Colégio de Líderes, que o projeto sobre o acesso controlado seria votado hoje. Nós temos situações que nos preocupam, como derrubadas de muros e guaritas que aconteceram na área da Arniqueira, notificações na Vicente Pires, no Altiplano Leste, no Grande Colorado. Isso me preocupa muito.

O deputado Chico Vigilante e o deputado Ricardo Vale ponderam aqui. Eu queria pedir à deputada Jaqueline Silva, à subsecretária Janaína e aos que estão presentes que deem acesso às emendas protocoladas. Não sei se o relatório final já foi apreciado pela CAF. O relatório final com relação às emendas foi aprovado, deputada Jaqueline Silva?

(A deputada Jaqueline Silva responde ao presidente fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Pois é, mas ele já está liberado para as pessoas consultarem? Porque é importante que as pessoas tenham acesso a isso.

A deputada Jaqueline, presidente da CAF e relatora da matéria, está consultando os técnicos.

Neste momento, concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Senhor presidente, só para justificar, vamos fazer a leitura do relatório. Já estou à disposição. Temos aqui as emendas que vamos conseguir admitir. Se algum parlamentar tiver dúvida... Eu já conversei com alguns sobre as emendas que não vamos conseguir acatar. Estou disponível, e estamos todos preparados.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vou pedir aos deputados, não precisamos votar o projeto agora, que todos tenham acesso às informações e passem para suas bases, como o deputado Ricardo Vale, que esteve aqui com vários representantes de condomínios, e o deputado Chico Vigilante.

Então, pedimos que os deputados procurem a presidente da CAF para terem acesso a essa informação, para depois terem segurança para votar. Acho que o deputado Rogério Morro da Cruz também passa por isso, devido a sua participação nas áreas de regularizações.

Hoje, a preocupação é com as derrubadas que já começaram, algumas por recomendação do Ministério Público por não haver legislação. Há um vácuo. O Ministério Público e o Judiciário estão cumprindo seus papéis, e a Câmara Legislativa precisa fazer o seu, já que o Executivo cumpriu a sua parte quando enviou o projeto para esta casa em dezembro do ano passado. Acho preocupante não votarmos esse projeto hoje, em razão das consequências, pois famílias podem ser prejudicadas.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Senhor presidente, eu acho que todos nós queremos efetivamente resolver esse problema. Agora, vossa excelência sabe que gostamos de fazer as coisas bem-feitas. É melhor esperarmos até terça-feira para se fazer um relatório que seja inquestionável. Depois discutimos esse relatório na reunião do Colégio de Líderes na segunda-feira e votamos na terça-feira. Não é uma sangria desatada.

Acho que poderíamos ter o seguinte entendimento aqui: quem já apresentou emenda, apresentou; quem não apresentou, não apresenta mais; na segunda-feira, discutimos no Colégio de Líderes e votamos na terça-feira. Não vai acontecer nada de extraordinário até a próxima terça-feira.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, obviamente vossa excelência sabe que eu sou um apoiador de suas ideias, até porque são sempre ideias muito brilhantes, mas, neste caso, é quase uma sangria desatada, sim, pois já estão previstas operações de retirada de muros e guaritas, elas já estão no cronograma, exatamente porque não há uma legislação. De repente, já vão tirar, independentemente de votarmos ou não, porque a lei não vai ser sancionada. Se não votarmos, vai cair na nossa conta, a responsabilidade será nossa. A responsabilidade agora, neste momento, é da casa, é da Câmara Legislativa. Nós precisamos disso.

Lembro que ontem, na reunião de deputados – a primeira reunião do mês sempre é de deputados –, foi acordado pelos parlamentares presentes que isso seria votado hoje. Eu acho que o projeto está... É o mesmo projeto, deputado Ricardo Vale. Não houve alteração. As emendas que estão sendo apresentadas – eu conversei com o secretário Marcelo e com a deputada Jaqueline Silva – não descaracterizam o projeto; pelo contrário, aprimoram-no. Tenho certeza de que nenhuma dessas emendas vai prejudicar algum morador de condomínio. Está ali a secretária Janaina, que pode tirar as dúvidas, e a deputada Jaqueline Silva.

Então, eu vou insistir em razão do acordo feito, a não ser que a liderança do governo entenda de modo diferente, mas entendo que, neste momento, acho que temos de cumprir o que foi acordado ontem, que é a votação no dia de hoje.

Deputado Ricardo Vale, desculpe-me, o deputado Hermeto já está pedindo a palavra há um certo tempo.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, isso foi acordado, haja vista que a demanda é muito importante.

Deputado Chico Vigilante, eu sempre... a oposição sempre tem um questionamento. Eu, como líder do governo, da primeira vez sempre acato, mas, deputado Chico Vigilante, a situação é dramática lá. Então, analisaremos com cautela, agora mesmo, as emendas, mas, pela liderança do governo, nós mantemos a votação hoje.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, demais deputados, vocês sabem que eu moro em condomínio, moro no RK. Há uma angústia muito grande, não só no RK, mas em vários condomínios, em função dessa questão dos muros e guaritas, inclusive em função também agora da vara de meio ambiente ficar o tempo inteiro fazendo terrorismo em cima de vários condomínios, dizendo que vai demolir, derrubar as casas das pessoas.

Nós fizemos no final do ano passado uma audiência pública com a participação de vossa excelência e de alguns deputados, e vários, vários representantes de condomínios estiveram aqui e fizeram uma série de sugestões nesse texto do governo. E ficou como compromisso nosso, presidente, meu e de vossa excelência, que esse projeto passaria pelas comissões.

Não há problema, mediante a urgência e a ameaça da derrubada de muros e guaritas de vários condomínios, em votarmos isso rapidamente, sem precisar passar por todas as comissões. Mas é preciso haver um pouco de cautela, pelo menos por uma semana, para que os síndicos, a população, os moradores possam conhecer o texto. E os próprios deputados também. Eu não conheço esse texto, vou votá-lo aqui no escuro, sendo que fizemos uma audiência aqui com a participação gigantesca de vários representantes de condomínios.

Então, eu queria pedir aos deputados que tivéssemos um pouco de cautela e que marcássemos para terça-feira que vem a votação. Quem for favorável será favorável, quem for contrário será contrário ao projeto. Mas em função da urgência que vossa excelência está colocando, fica o compromisso nosso de votarmos na terça-feira, e a CAF terá tranquilidade para fazer um relatório, observando as emendas, com mais cautela e mais tranquilidade.

É isso que eu queria ponderar e pedir aos deputados: que votássemos depois este texto, mesmo cientes de toda a urgência, e, inclusive, com a preocupação que tenho, como morador de um condomínio que a qualquer momento podem derrubar o muro e a guarita – espero que isso não aconteça.

Então, eu queria pedir que esse texto fosse votado na próxima terça-feira, para sabermos o que foi acatado por parte da secretaria e do governo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, serei muito breve. O projeto está aqui desde dezembro do ano passado. E ontem houve o acordo. Eu acho que somos capazes, deputado Ricardo Vale, divergindo de vossa excelência, de discutir e saber o que sai e o que fica. Se for o caso, nós nos reunimos. Eventualmente podemos suspender a sessão para discutir as emendas. Há acordo entre os parlamentares e o Executivo.

Ponderemos isso, porque a situação das propriedades das pessoas estão realmente numa situação de muito risco.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Lembro, pessoal, que o projeto foi enviado para esta casa conforme acordado com os condomínios e seus representantes. A Câmara Legislativa apresentou algumas emendas; portanto, não pode ser responsabilizada pelo atraso, já que o Executivo fez (Ininteligível.). Se houver algum atraso, será devido às emendas apresentadas. A secretaria e a nossa CAF estão extremamente preparadas para discutir isso, já fizeram a análise. A deputada está pronta para dizer quais emendas podem ser acatadas e quais podem ser rejeitadas. Então, acho que há ambiente para votarmos, tirarmos esse peso dos nossos ombros e darmos aos moradores a tranquilidade de que precisam.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Presidente, só quero reforçar algumas coisas. Primeiro, mais uma vez, quero reafirmar que o projeto estava na casa e, desde que tomamos posse na CAF, estamos estudando essa matéria.

Nós precisamos ter muita responsabilidade, presidente, porque até este exato momento estão querendo apresentar emendas. Isso não ajuda. Nós temos urgência. O senhor e eu também estamos recebendo os representantes, os síndicos, que falam da preocupação deles. Se não votarmos o projeto, isso, sim, é preocupante. Precisamos ter muita responsabilidade, porque, senão, em vez de ajudar, podemos mais uma vez atrapalhar uma lei que será fundamental no Distrito Federal.

Eu queria dizer de forma especial ao deputado Ricardo Vale, de quem tenho uma grande alegria de ser parceira, que o nosso secretário está aqui, eu estou aqui, e podemos nos sentar para tirar as dúvidas. Nós deputados estamos tendo toda a responsabilidade. Esta casa jamais pode atrapalhar a vida de qualquer cidadão. As emendas apresentadas e as que estão sendo acatadas são sempre no sentido de auxiliar todos os moradores dos condomínios.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Jaqueline Silva.

Lembro mais uma vez aos deputados que é um direito do deputado apresentar emenda, mas esse direito não pode causar um atraso na votação. Se o deputado entende que vai apresentar emenda, nós vamos respeitar essa prerrogativa do parlamentar, mas isso não pode resultar em um atraso que prejudique a população.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu acho que precisamos prestar atenção em uma coisa. Não é a primeira vez que discutimos esse projeto. Vossa excelência lembra que, em uma reunião anterior no Colégio de Líderes, a grande discussão era sobre as áreas supostamente públicas dentro dos condomínios. Vossa excelência se lembra disso. E qual era a preocupação dos moradores? Era se, uma vez o condomínio sendo fechado, eles teriam de pagar pelas pracinhas que existem lá dentro. Isso foi discutido. E não foi dada uma resposta sobre como ficaria a situação das pracinhas. Quem vai arcar com o pagamento das pracinhas dentro dos condomínios? Se o condomínio é fechado, quem vai pagar por isso? Tudo isso ficou em aberto na discussão que fizemos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não, deputado. Foi discutido, e depois ficou bem clara qual seria a participação do condomínio a depender da escolha que ele fizesse. Se ele resolver que será um condomínio de controle restrito, ele terá que pagar pelas vias públicas. Se for um condomínio de acesso controlado, é responsabilidade do Estado. Isso ficou claro.

Continuam sendo vias públicas. No entanto, se o condomínio em loteamento fechado resolver fazer a restrição, ele tem que pagar pelas vias públicas. O projeto já traz isso na sua concepção de forma muito clara. O que está se discutindo aqui, neste momento – e o deputado Ricardo Vale acompanhou bem isto –, são apenas as emendas dos deputados.

Com relação ao projeto, eu recebi, junto com o deputado Ricardo Vale e o deputado Chico Vigilante, vários condomínios, e todos disseram a mesma coisa: o projeto atende a demanda deles. A divergência iniciou-se a partir do momento em que nós parlamentares começamos a apresentar emendas. Houve o cuidado tanto da CAS da Câmara Legislativa quanto da secretaria de analisar essas emendas para que não descaracterizassem o projeto. Então, o projeto, no entendimento desses técnicos, está intacto, mesmo com as emendas apresentadas. No entanto, algumas emendas serão rejeitadas e, infelizmente, é o sentimento daqueles que analisam as devidas emendas. Obrigado.

O deputado Hermeto foi um dos primeiros que pediu a palavra. Vossa excelência é líder e pode falar agora.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Quero falar pela liderança do governo e quebrar um pouco o clima, enquanto os amigos e nobres deputados discutem se votamos hoje. Eu acho importante votarmos, mas sempre digo uma coisa: como liderança do governo, respeito muito a oposição, porque muitas vezes mantém o quórum para que votemos os projetos. Por isso, deputado Chico Vigilante, eu sempre escuto. Nada aqui é açodado. Sempre penso ser melhor conseguirmos buscar um entendimento.

Vou falar de uma coisa boa. Presidente, no último final de semana, eu copieei um deputado da oposição, no Carnaval, de quem gosto. Vou falar o seu nome no final da minha fala. Ele, no Carnaval, pegou um ônibus para testar a tarifa zero. No último domingo, fui experimentar essa grande conquista da nossa população do Distrito Federal, deputado Chico Vigilante. Peguei minha esposa, saímos da Candangolândia e pegamos o ônibus que vinha do Núcleo Bandeirante.

Pasme, deputado Fábio Félix – de quem eu copieei a ideia –, o ônibus estava cheio de pessoas e crianças que estavam indo para o zoológico. Eu fiz uma pergunta a uma pessoa que estava no ônibus e ela respondeu: “Muitas vezes eu tive vontade de levar minha família ao zoológico, deputado, mas não tinha dinheiro para pagar passagem de todo mundo”.

Deputados, essa conquista da tarifa zero para a população do Distrito Federal, com a sensibilidade do governador Ibaneis, veio para ficar. Não é mais um projeto de um governo, mas um projeto de qualquer governador. Acho que nenhum governador que assumir o comando do Palácio do Buriti vai ter coragem de tirar a tarifa zero.

É claro que vamos ampliar isso com uma visão maior, presidente, se Deus quiser. Assim como há o SUS, Sistema Único de Saúde, precisamos ter o SUT, Sistema Único de Transporte. Ver o sorriso de cada pessoa, de cada trabalhador, principalmente o pessoal mais humilde mais tranquilo, foi algo muito positivo.

Fomos até a rodoviária, comemos um pastel com caldo de cana na Pastelaria Viçosa e depois retornamos.

Parabéns ao governador Ibaneis e a todos os deputados que são entusiastas nesta casa do projeto Tarifa Zero. Não podemos atribuir esse projeto a uma única pessoa, mas, sim, a todos aqueles que sonharam com isso. Devemos dividir essa responsabilidade.

Para finalizar e garantir uma grande votação hoje, quero parabenizar o governador e toda a

sua equipe. Mostraram que o governador nunca esteve envolvido nos atos antidemocráticos. A justiça foi feita. Investigaram sua vida, realizaram buscas e apreensões, criaram um grande circo contra o governador, e, no final, não havia nenhuma prova que o ligasse aos ataques dos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro.

Portanto, com todo o devido respeito ao presidente Lula, ele, sendo uma pessoa educada e estadista, deveria ao menos falar: "Desculpe-me, governador Ibaneis, porque eu disse que o senhor foi conivente e ajudou nos atos antidemocráticos". Ele deveria, ao menos, pedir desculpas ao governador Ibaneis. Eu acho que isso seria justo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

Deputado, na mesma linha, parabenizamos nossa vice-governadora Celina, que foi absolvida hoje. Isso é extremamente importante. Junto com outros colegas deputados, eu estava naquela legislatura e acompanhei o caso. Vejo que a justiça foi feita. O Tribunal de Justiça, hoje, mais uma vez, sela seu importante papel absolvendo quem é inocente. Esse é o papel do nosso Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Civil.

Parabenizamos nossa vice-governadora, que, após carregar injustamente esse peso por muitos anos, finalmente teve sua inocência reconhecida graças à ação da justiça do Distrito Federal.

Parabéns à nossa vice-governadora.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, a vida tem gestos que nos fazem grandes, especialmente quando tomamos determinadas posições, como dar um passo atrás, o que nos permite ficar grandes e ser reconhecidos por gestos de grandeza. Muitas vezes, esse passo ajuda a evolução dos seguintes.

Fico abismado com a falta dessa capacidade da esquerda. Ela deveria reconhecer, especialmente para nós que fizemos parte da CPI dos chamados atos antidemocráticos, que prendeu tantos inocentes – e nós defendemos a anistia dessas pessoas. Nós defendemos a anistia, porque, como bem disse o deputado Thiago Manzoni, defenderam de pessoas que praticaram um crime.

Aqui acusaram tanto o nosso governador! Tripudiaram sobre ele e sobre as forças de segurança, mas a justiça declarou a inocência do governador. Portanto, seria um gesto de grandeza da esquerda reconhecer isso.

Outrossim, presidente, o governador já tomou uma decisão importante. Ele orientou que sua sucessora será a vice-governadora, que tem feito um trabalho extraordinário nesta cidade, mas tinha sobre si a pecha da Operação Drácon.

Às vezes, as pessoas, sem haver uma decisão transitada e julgada, acabam atirando pedras; mas, hoje, a justiça traz tranquilidade para a nossa vice-governadora. Ela foi absolvida de forma sumária após carregar um peso por 10 anos. Imagino o alívio que deve sentir a nossa vice-governadora, presidente do meu partido, a quem quero saudar e parabenizar por essa vitória. Sei que, agora, ela está pronta para continuar sua carreira, contribuindo com o governador Ibaneis e com o crescimento do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder.) – Presidente, farei o meu discurso no comunicado de líderes daqui e peço à TV Câmara Distrital que, se possível, mostre-me.

Hoje, estou usando um vestido feito por mulheres do Pôr do Sol. Fico muito honrada em trazer esta oportunidade para essas mulheres com mais de 60 anos que têm a chance de aprender a costurar e bordar no Instituto Acolher. Elas estão se tornando uma cooperativa e fazendo vestidos e roupas de moda, o que é uma alegria para nós. No mês das mulheres, homenageamos mais mulheres.

Precisamos combater a violência doméstica e a violência contra a mulher, mas o que realmente queremos é respeito e igualdade de oportunidades para essas mulheres. Hoje, fico muito honrada em homenagear essas mulheres idosas que aprenderam a bordar e costurar, a fazer vários bonecos e a

transformar isso em uma fonte de renda na comunidade Pôr do Sol.

Outra coisa que quero falar, presidente, é sobre um projeto apresentado ontem pelo governo, chamado NaMoral. Conheço esse projeto há algum tempo, e ele tem transformado as escolas do Distrito Federal.

Sou uma grande defensora da escola pública do Distrito Federal. Sou fruto de escola pública, pois estudei minha vida toda em escola pública e sei a importância de estruturá-la cada vez mais.

O NaMoral, além de trazer oportunidades para jovens aprenderem sobre empreendedorismo, ensina cidadania e valores. Ele envolve toda a comunidade escolar: a direção, o corpo de professores e os jovens. Para mim, o governador acerta ao apresentar esse projeto à Câmara Legislativa. Se Deus quiser, vamos aprová-lo nos próximos dias, para que possamos trazer essa demonstração de cidadania para nossos jovens. Eles precisam aprender que votar não é apenas seguir um número indicado por alguém, não. Eles devem conhecer a Constituição federal, seus deveres e seus direitos.

É muito importante que os jovens também conheçam o orçamento do Distrito Federal. Quando a escola não está funcionando, quando uma merenda de qualidade não chega, quando não há ar-condicionado ou nem mesmo um espaço para brincar e jogar, precisamos acompanhar o orçamento do Distrito Federal. Lembro que o orçamento do Distrito Federal é de 66 bilhões de reais. A Secretaria de Educação recebe o maior orçamento entre as secretarias. E o jovem tem que acompanhar isso.

Eu estou vendo aqui profissionais da educação pedirem para serem nomeados, assim como profissionais de enfermagem – depois eu vou falar da experiência que eu tive recentemente no HRT – e quero valorizá-los. É muito importante que tenhamos profissionais, servidores públicos que tenham o sentimento de servir à população, servir à nossa cidade, mas, principalmente, uma boa gestão do dinheiro da população.

Quando eu fui presidente da CFGTC, entregamos o Observatório Cidadão, por meio do qual toda a sociedade pode acompanhar o orçamento do Distrito Federal. É preciso que nós ensinemos os nossos adolescentes a sentirem o poder, porque eles têm o poder – não só o poder do voto, mas o poder de fiscalização do dinheiro da população.

É muito importante, presidente, que nós, cada vez mais, estejamos nesta Câmara Legislativa para fazer com que Brasília brilhe; o Distrito Federal brilhe.

Na sexta-feira, eu estive no HRT, vi os profissionais altamente sobrecarregados: poucos médicos, poucos enfermeiros, poucos auxiliares de enfermagem. A população – eu vou me virar para vocês, porque agora eu falo com vocês – está precisando urgentemente de cuidado. Eu fiquei impressionada com a situação de sobrecarga dos profissionais de saúde que estão lá, dos terceirizados que limpam o hospital: todo mundo muito comprometido, mas todo mundo sobrecarregado. Isso não é justo. Havia pessoas há mais de 40 dias esperando uma cirurgia.

E pensamos: é um enfermeiro, mas é um ser humano também. É um ser humano que sente. Eu vi pais e mães; esposas chorando porque os maridos não têm mais onde trabalhar, perdem emprego, perdem a sua dignidade. As pessoas que estão lá internadas um dia estão em jejum e, no outro dia também, porque estão esperando uma cirurgia.

Que possamos realmente trazer oportunidade de nomeação, sim, porque é necessário. Eu sou uma pessoa que acredita no Estado enxuto, mas há áreas em que precisamos de ser humano mesmo para cuidar. E a enfermagem é uma delas, a saúde é uma delas. E há espaço para o profissional, o médico, o auxiliar de enfermagem, todas as pessoas que estão lá. Fica aqui o meu apoio à valorização da saúde do Distrito Federal, porque a saúde do Distrito Federal já pede, há muitos anos, socorro.

Obrigada, presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna, pela liderança do Bloco União Democrático.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Boa tarde, senhores e senhores parlamentares, servidores desta casa, colegas que estão assistindo à nossa sessão. Um boa-tarde especial à nossa galeria. Sejam bem-vindos.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder.) – Futuros servidores, se Deus quiser. Vocês fizeram a parte de vocês, agora é conosco.

Presidente, primeiramente quero falar sobre a carreira Gaps, que é a antiga carreira da assistência pública à saúde. Após um imbróglio jurídico, essa carreira foi considerada inconstitucional, e os profissionais estão retornando à carreira de assistência pública à saúde. Essa carreira era, antigamente, composta por técnicos administrativos, técnicos de laboratório, condutores, AOSDs, técnicos em patologia e em hemoterapia, entre outros – todos de nível médio vinculados à Secretaria de Saúde.

Ao longo desses 6 anos do governo Ibaneis Rocha, algumas categorias tiveram reajuste, outras não. A minha, inclusive, não teve, tanto que, ano passado, conseguimos fazer o reajuste dos técnicos de enfermagem.

Contudo, ficou uma carreira de nível médio para trás, a Gaps. Ano passado, estava tudo acertado, estava tudo combinado. O governo tinha o entendimento de que deveria haver o reajuste para essa categoria nos mesmos moldes do reajuste dos técnicos de enfermagem, porque, afinal de contas, todos são de nível médio. Contudo, aconteceu aquele problema do Fundo Constitucional, o governador ficou apreensivo e todos nós, inclusive essa carreira que estou mencionando, ajudamos a fazer uma grande divulgação em Brasília para manter o Fundo Constitucional da forma como sempre foi calculado.

Conseguimos manter isso. O ano acabou, mas não tivemos tempo de negociar. Quando começou um novo ano, nós fomos, então, fazer as negociações. Infelizmente, até agora nada aconteceu. Eu sei que há sempre uma apreensão do governo com números e valores, mas não acho justo o entusiasmo do governo em conceder reajustes aos nossos colegas da segurança pública – é um direito deles –, enquanto os nossos colegas da saúde têm que ficar pressionando e brigando, especialmente neste momento de crise.

Quero fazer um alerta ao governo para que faça justiça com essa categoria de nível médio, que tem o pior salário de nível médio da saúde no GDF. Talvez ganhemos mais que outras categorias, mas continuamos com o pior salário, o equivalente a 50% do salário de nível superior, o que é um grande erro. Assim como brigamos por 70% para os técnicos em enfermagem em relação aos profissionais de nível superior, queremos o mesmo para a Gaps. Peço ao governo que faça justiça com essa categoria.

Com relação à enfermagem, estamos vendo na televisão, a todo momento, as crises dos hospitais, muitas causadas por questões estruturais da própria secretaria, como foi o caso do HMIB, que superlotou outros hospitais, como o HRAN e o HRT. Muitas dessas crises se dão por falta de servidores.

Para vocês terem ideia de números, há aproximadamente 5 mil médicos, aproximadamente 5 mil enfermeiros – são 4 mil e poucos – e há 9 mil técnicos de enfermagem atuando na Secretaria de Saúde. Vejam a proporção. Não há nem 2 técnicos para 1 enfermeiro ou 2 técnicos para 1 médico. Seria minimamente ideal 3 técnicos para 1 enfermeiro ou 3 técnicos para 1 médico. Essa conta não está batendo, está óbvio. Com isso, há falta de assistência, leitos fechados. Eu nunca vi isso na minha vida. Há leitos fechados por conta de falta de técnico em enfermagem. Eu já vi leito fechado por falta de estrutura, leito fechado por falta de médico, mas leito fechado por falta de técnico em enfermagem e enfermeiro não há lógica, não há cabimento. É o que está acontecendo.

Governador, vamos nomear os técnicos em enfermagem. Há um concurso em vigência com, pelo menos, 4 mil técnicos aguardando nomeações. Só houve 200 nomeações.

A equipe não trabalha só. Quando eu falo de técnico em enfermagem é porque está latente. Nós estamos numa guerra em que esses soldados de linha de frente estão presentes. Os que estão atuando estão se matando. Quem nós temos também para compor o quadro? Os técnicos de enfermagem e os enfermeiros. Não se pode fazer nomeação de técnico em enfermagem sem fazer nomeação de enfermeiro, porque a equipe é completa.

Estão faltando técnicos em enfermagem. Eu mencionei o número de aproximadamente 5 mil enfermeiros, mas ainda há um déficit de enfermeiros. Há déficit em todas as áreas. Falei dos médicos, mas também existe déficit de médicos. Mencionei apenas a proporção entre as categorias na atividade hoje. Precisamos nomear técnicos em enfermagem, sim, mas também enfermeiros e médicos. Essas nomeações precisam andar juntas.

Sobre reajuste, estou vendo nesta casa nossos colegas enfermeiros nessa luta pela isonomia. Para mim, não deveria ser isonomia com os odontólogos. Acho que deveríamos mudar a luta. Precisamos trabalhar por um reajuste que seja até maior do que o salário dos odontólogos. Imaginem se, daqui a pouco, os odontólogos também tiverem um reajuste maior. Vocês sempre procurarão essa equiparação com os odontólogos? Não. Na minha opinião, em Brasília, o médico deve ganhar o mesmo

salário de um delegado. Também deveria o enfermeiro especialista ganhar 70% do salário do médico. Na minha opinião, o profissional de nível médio deve ganhar 70% do salário do enfermeiro. Essa é a luta que devemos travar. Não quero isonomia com os odontólogos. Minha base de cálculo, meu parâmetro, é o salário do médico.

Eu digo ao Sindicato dos Enfermeiros que essa isonomia com os odontólogos já é passado. Precisamos ter um percentual baseado no salário do médico. Vamos lutar para que o médico tenha um salário melhor.

É isso que defendo. Estou à disposição para ajudar nossa categoria, como sempre estive. A luta deve ter um objetivo claro e ser travada de verdade para que possamos conseguir vencer.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham nesta tarde. Quero, mais uma vez, fazer uma saudação especial a quem está na galeria, lutando por Brasília, porque lutar pela nomeação de técnicos de enfermagem, de auditores da vigilância sanitária e de mais profissionais no serviço público da nossa cidade é defender o Distrito Federal. Servidores da Defensoria Pública, agentes de saúde, policiais civis, quero fazer uma saudação a todos e todas vocês e me colocar sempre à disposição para a nossa luta.

Presidente, o que me traz à tribuna hoje é uma questão muito importante. Na sexta-feira da semana passada, o governo do presidente Lula zerou o imposto de importação dos produtos da cesta básica. Nós já estamos vendo nos mercados o impacto positivo da medida.

O presidente Lula fez um pedido aos governadores para que também zerem o ICMS, que é um imposto estadual, sobre os produtos da cesta básica. Por que esse pedido é importante? Hoje, vários estados, como o Distrito Federal, ainda cobram 7% de ICMS sobre os produtos da cesta básica, e o Congresso Nacional já aprovou a reforma tributária, que, a partir de 2027, vai zerar o ICMS sobre esses produtos. O pedido é para que se antecipe essa medida, garantindo, cada vez mais, alimentos mais baratos nos mercados e mais dignidade para as famílias brasileiras.

Por que é importante destacar isso? Porque um setor da política brasileira, a extrema-direita, votou contra a reforma trabalhista e votou contra a isenção dos impostos da cesta básica. Alguns governadores desse campo político têm se negado a zerar o ICMS em seus estados. É o caso do governador Ibaneis; é o caso do governador Caiado, em Goiás; é o caso de figuras como a deputada federal que representa o Distrito Federal Bia Kicis, mas que nada fez por essa unidade federativa e disse que vai lutar contra a isenção do imposto de importação.

Essa é a turma amiga da fome. Eles esqueceram que foi no governo deles, do Bolsonaro, que a população brasileira estava na fila do osso e na carestia. O Brasil, no governo Bolsonaro, voltou para o mapa da fome, de onde os governos do PT o haviam tirado. Enquanto o povo passava fome, o presidente Bolsonaro estava andando de *jet-ski*, abaixando o imposto de importação dos *jet-skis*, das lanchas, dos iates, dizendo que andar de *jet-ski* era muito legal: "Eu dou cavalo de pau, faço pirueta...", e o povo passando fome. É essa turma que quer lutar contra a isenção do imposto.

O governador Ibaneis, lamentavelmente, chegou a dizer que o Lula joga a questão para a plateia. A questão para a plateia joga o Ibaneis: ele não olha para a própria cidade que governa, com a crise na saúde, pessoas morrendo nas filas dos hospitais por falta de profissionais, porque ele não os nomeia, porque ele precarizou o atendimento à população, porque é da sua gestão, inclusive, a terceirização do IGESDF.

Agora, teve o governador a imoralidade de colocar o presidente do IGESDF como secretário de Saúde. O IGESDF, que presta serviço para a Secretaria de Saúde, vai agora comandar a pasta, vai cuidar do pagamento dos contratos, vai acompanhar e fiscalizar os serviços. É a maior imoralidade da história do Sistema Unico de Saúde no Distrito Federal.

É essa turma que, agora, briga tentando dizer mais uma vez que o governo Lula é que joga a questão para a plateia. Se o Governo do Distrito Federal tem compromisso com esta cidade, o governador precisa zerar também o ICMS dos produtos da cesta básica. Por isso, nossa bancada,

deputado Chico Vigilante, apresentou hoje uma indicação para o Governo do Distrito Federal, pois queremos ver isso, já que estamos na unidade federativa que tem o dobro do desemprego da média nacional.

Por fim, presidente, como a turma da extrema-direita é a bancada da fome, os amigos da fome, do bolsonarismo, quero vê-los virem aqui, mais uma vez, falar de anistia para golpista. Lembro aqueles do 8 de janeiro. E não só do 8 de janeiro: a CPI desta casa desvendou, inclusive, uma tentativa de atentado com bomba no Aeroporto Internacional de Brasília. Colocaram fogo no prédio da Polícia Federal, e agora estão dizendo que são pobres coitados, que foram para a rua rezar com a Bíblia debaixo do braço e sem querer foram presos pela Polícia Militar.

Respeito muito o trabalho da polícia, presidente, e não acredito que a Polícia Militar prendeu inocentes no dia 8 de janeiro. Ela prendeu aqueles que tentaram um golpe de Estado contra este país.

Há a Lei nº 14.197/2021, aprovada no governo Bolsonaro, que, no art. 359-M, considera crime – está no Código Penal brasileiro, presidente – o seguinte: “Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”. A pena é de reclusão de 4 a 12 anos, além da pena correspondente à violência.

Isso está na lei, mas dizem o seguinte: “Eu nunca vi isso; é um golpe somente a tentativa?” É. O golpe de Estado é prescrito no Código Penal brasileiro como tentativa: “Tentar depor um governo eleito”. O golpe é tentado. Se ele for realizado com êxito, ninguém poderá julgá-lo.

Por isso, quero encerrar dizendo que esse falso discurso de anistia é daqueles que querem legalizar o golpe; é daqueles que querem falsificar a história. Esses não passarão. São da turma da bancada da fome, que quer ver – como já fizeram – o povo brasileiro sofrer – e sofrer muito. Ainda bem que não há mais governo de extrema-direita neste país.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Encerrado o comunicado de líderes.

Há parlamentares inscritos: deputado Pastor Daniel de Castro, deputado Rogério Morro da Cruz, deputado Pepa, deputado Max Maciel, deputado Ricardo Vale e deputado Chico Vigilante.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Peço a todos os colegas parlamentares que respeitem o tempo para que possamos iniciar a ordem do dia. Há projetos importantes de interesse dos parlamentares e da população do DF.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde, deputados e deputadas; boa tarde a todos da galeria e àqueles que assistem a nós pela TV Câmara Distrital.

Eu começo dizendo que ainda é melhor ser da bancada da fome do que da bancada da mentira. Horrível é ser da bancada da mentira, da que promete e não entrega. Horrível é ser da bancada de um governo que é contra a mulher. A paridade seria 50% de homens ministros e 50% de mulheres ministras.

Qual é a realidade daquele que é o pai da mentira? Ele demite mulher e admite homem. Segundo a ex-ministra Nísia, ontem, ela foi fruto de uma misoginia do próprio partido dela.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – Amigo, isso está na internet.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – O senhor me ouça: eu não sou mentiroso, não. Mentiroso é o senhor.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – Presidente, eu peço que me franqueie a palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Chico Vigilante, por gentileza.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para comunicado.) – É engraçado: um deputado se acha autoridade demais nesta casa. Todo mundo que vem aqui é mentiroso.

Vossa excelência vem aqui o tempo todo e chama o presidente Bolsonaro de Capitão Capiroto, filho do Capeta. O seu presidente é o maior mentiroso da história do mundo. Olha o que ele está fazendo com as mulheres. Foram-se Ana Moser; a ex-ministra do turismo; a Nísia agora. E ele acoberta crime de ministro dele, que assediou sexualmente a ministra do governo dele.

Tenha santa paciência! Essa tarde eu quero fazer um breve apanhado da realidade que a sociedade brasileira está enfrentando, desde o início do chamado “governo do amor”. Ele se intitulou governo do amor.

Diga-se de passagem: anistia, sim. Está aqui o advogado da doutora Adalgiza, uma senhora que está com pensamento suicida com 67 anos de idade. Essa mulher não praticou crime; foi presa junto com os outros lá. O advogado dela está no plenário, presidente. Converse com ele. Converse com ele, esquerda. Chame-o. Ele é um advogado apenas. Conversem com ele no gabinete de vocês, para vocês saberem como essa mulher está sofrendo dentro da Papuda. O caso dela está sendo levado a instituições internacionais.

Agora, vamos lá, esse é o governo do amor.

O portal Metrôpoles, em matéria do dia 7 de março de 2024, revelou que, em 2023, houve um recorde de feminicídio no país.

O *Globo*, em matéria de 3 de junho do ano passado, informou que o Brasil liderou casos de dengue no mundo, com 82% dos casos de dengue registrados em todo o planeta Terra, e o governo do presidente Lula jogou fora vacinas.

O portal Metrôpoles, em 10 de janeiro deste ano, registrou que, em 2 anos de gestão do governo Lula, R\$1.900.000.000,00 em medicamentos foi incinerado.

O portal UOL noticiou, no dia 22 de janeiro deste ano, que o fogo já destruiu no território brasileiro uma área maior que a Itália.

O portal O Antagonista, em matéria de 23 de abril de 2024, publicou como chamada de texto o seguinte título – abro aspas – para o jornal: “Lula tirou mais dinheiro do brasileiro do que qualquer outro”.

O portal G1, em 31 de janeiro deste ano, informou que as empresas estatais federais registraram um rombo de R\$6.700.000.000,00! É o maior em 23 anos! É o governo do amor!

O governo do amor, do deputado que me antecedeu e do PT aumentou o prejuízo dos Correios em 780%, conforme divulgado pela CNN, em 3 de dezembro de 2024! O portal Poder360, em 4 de fevereiro deste ano, informou que a empresa está, inclusive, atrasando salários de servidores. O brilhante deputado Chico Vigilante – que, nesta casa, briga tanto pelos servidores – podia ajudar os servidores dos Correios, que estão com salários atrasados.

Em 2023, o déficit primário foi – pasmem! – de 230 bilhões de reais! Essa informação foi divulgada pelo portal – estou dando o nome! – do próprio governo federal, em 30 de janeiro de 2024!

A Agência Brasil, em matéria de 2025, revelou que houve aumento de 25% do número de pessoas em situação de rua, em todo o Brasil.

A *Gazeta do Povo*, em matéria de 17 de fevereiro de 2024, divulgou que o governo Lula gastou R\$3.300.000.000,00, apenas em passagens! O Metrôpoles, em 11 de fevereiro, afirmou que apenas neste ano, o ovo de galinha teve aumento de 40%, e o litro da gasolina está acima de 7 reais, em vários estados do Brasil!

O ex-ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Lula foi acusado de assédio sexual! O portal G1 de ontem, dia 10 de março, publicou que a ex-ministra da Saúde do governo Lula afirmou que, durante todo o tempo em que esteve à frente da pasta, sofreu sistemática campanha de misoginia. É o G1 que está falando!

Lula declarou que pessoa com deficiência tem problema de parafuso. Sobre o aumento da violência contra a mulher em seu governo, Lula afirmou que se fosse um indivíduo do Corinthians, ele poderia praticar violência. Diante do aumento descontrolado dos preços dos alimentos, Lula sugeriu que o povo não comprasse comida. No atual governo, o quilo do café está mais caro que o preço da picanha durante o governo do ex-presidente Bolsonaro.

Se eu for ler a lista que tenho, vou perder mais tempo. Esse é o governo do amor. O problema é que os deputados vêm a esta tribuna... esta é uma casa legislativa, a casa do povo, uma casa que tem linha, com um grupo de um lado e um grupo de outro. Se não querem apanhar, não batam.

Deputado Thiago Manzoni, toda vez que subirem a esta tribuna para falar do governo do Bolsonaro, virei aqui e trarei os desmandos do governo atual.

Pena que não há tempo, porque tenho pelos menos 30 páginas para ler sobre 2 anos e 3 meses de governo do Lula. É o governo do amor que virou o governo do ódio, o governo da perseguição, o governo da mentira e o governo contra a mulher.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para comunicado.) – Boa tarde a todos. Que Deus nos abençoe nesta casa!

Vamos acalmar os ânimos, gente.

Presidente, muitas vezes a justiça neste país acontece da melhor forma. Ela precisa ser dita e precisa ser feita. Eu venho dizer que devemos ter muita calma ao escutar acusações.

Nesta semana, nosso governador Ibaneis teve a acusação referente ao 8 de janeiro arquivada. Isso não foi surpresa para mim nem para muita gente da base, deputado Pastor Daniel de Castro. Isso não foi surpresa para nós. O que nós ouvimos aqui no decorrer do ano de 2024 foi uma loucura, porque é muito fácil acusar alguém. Isso é muito fácil.

Hoje eu quero também dizer que eu nunca tive dúvida da inocência da Celina Leão, essa mulher que teve mandato nesta casa, mandato federal. É uma mulher de força, uma mulher de fibra.

O juiz do caso, em mais de 40 páginas – está aqui! – bem fundamentadas de sentença, decidiu pela inocência de Celina Leão. Ela foi absolvida. Celina tem história nesta casa e merece o respeito de todos nós.

Então, que justiça seja feita. Vamos trabalhar ainda muito, muito, muito mais pelo Distrito Federal. Precisamos caminhar num rumo para que as injustiças dentro do nosso Distrito Federal não sejam mais admitidas.

Esta é a minha fala.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Pepa, o senhor realmente faz a diferença.

Eu queria registrar e agradecer a presença da embaixadora extraordinária da Eslováquia, Katarina Tomková.

Muito obrigado pela sua presença. É um prazer recebê-la na casa do povo.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, boa tarde.

Saúdo todas e todos que se fazem presentes neste plenário e aqueles que assistem a esta sessão pela TV Câmara Distrital.

Eu gostaria, presidente deputado Wellington Luiz, de chamar a atenção desta casa, de todos os parlamentares e do público que nos acompanha para uma denúncia do que está acontecendo no Distrito Federal. Há um debate que não está perpassando por nenhum órgão e também não estava perpassando por esta casa.

Amanhã acontecerá uma audiência pública em Samambaia, coordenada pelo Ibama, para discutir a possível instalação de uma usina termoelétrica em Brasília.

Para quem não sabe, a usina termoelétrica está usando como argumento um gasoduto que possa vir de outro estado para cá, para a produção do gás natural, que de natural não tem nada. Trata-se de combustível fóssil, que só por ano estima-se a emissão de mais de 4 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> no Distrito Federal.

A pergunta é a seguinte: quem tem interesse de implementar uma usina termoelétrica em Brasília diante do cenário de um país que vai sediar a COP30? Houve inclusive a Conferência Distrital do Meio Ambiente, que preconizou fazer alternância e mudar radicalmente a matriz energética do Distrito Federal a partir de matriz renovável como a energia fotovoltaica, eólica e de hidrogênio verde. Está aqui o deputado Rogério Morro da Cruz para confirmar que muita gente não entendeu quando ouviu falar do hidrogênio verde em 2023. Nós estávamos estudando a matéria para saber a importância de um capital ativo.

O Governo do Distrito Federal poderia estar debatendo como entrar no mercado de carbono. Há um estudo na Universidade de Brasília sobre isso. O deputado Rogério Morro da Cruz também esteve com a equipe da universidade e sabe que podemos entrar no mercado de carbono, mas tentam instalar uma usina termoelétrica em Brasília que tem, primeiro, impacto direto nos recursos hídricos.

Nós vamos nos reunir com a Adasa para entender qual é a outorga emitida para esse potencial empreendimento, que pode minar o nosso processo hídrico na região, sem contar que, mais uma vez, escolhem um território que já está demasiadamente sufocado pela crise climática, pelo racismo ambiental, pelo desmatamento e pela poluição do rio Melchior. Agora há a possibilidade de haver uma usina termoelétrica para jogar milhões de CO<sub>2</sub> na cara da população.

Os argumentos de emprego não combinam. Os dados que possuímos, por exemplo, dizem que a estimativa de emprego é de 80 pessoas para se contratar nessa termoelétrica. Comparado ao ônus do impacto ambiental, isso é totalmente desvantajoso.

Vamos acompanhar a audiência pública e dialogar com o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama, cientes de que não vamos tolerar uma termoelétrica em Brasília, porque isso não faz sentido nem no debate mundial nem no debate nacional e, muito menos, no debate local.

Entre os impactos, estão os dos recursos hídricos e a saúde pública comprometida do ar. Para vocês terem uma ideia, a cidade de Porto Alegre emite 2 milhões de CO<sub>2</sub> por ano. Se pegarmos a calculadora verde do IPEDF, faremos o cálculo de quantos milhões de CO<sub>2</sub> está sendo emitido só com essa usina, em compensação ao que está se colocando como processo, por exemplo, de impacto ambiental na cidade.

Temos que escolher que tipo de cidade queremos. No ano passado, passamos um período gigantesco de seca. Hoje, estamos batendo um recorde de calor no Distrito Federal e nem estamos no período sazonal da seca. Imaginem quando chegar setembro e agosto! Vamos fritar no meio da rua. Não é só o clima que está mudando com esse calor extremo. Essa é uma escolha política de não investir em novas matrizes energéticas e continuar com os poluentes que impactam diretamente a qualidade da vida das pessoas. E não é qualquer pessoa: são, nos territórios específicos, georreferenciados, populações racialmente definidas que mais sofrem os danos causados pelo setor climático, seja no período da chuva extrema, seja no calor. Se alguém acha que este calor em Brasília está normal, desculpe-me, isso não é normal e não deve ser reconhecido como normal.

Há outra questão: a perversidade. Para instalar essa termoelétrica, será necessário desmobilizar uma escola pública do campo que tem mais de 500 alunos. O argumento é colocar um ônibus para levar esses alunos para estudar mais distante de suas casas, sendo que a Escola Guariroba que, para quem não sabe, fica na Fazenda Guariroba – não é o bairro Guariroba da Ceilândia – que fez parte da construção de Ceilândia. Como vamos tolerar tirar uma escola com 500 crianças para colocar no lugar uma termoelétrica que vai poluir o ar da região? Essa é uma escolha que não podemos aceitar! Apesar de o terreno ser da União e o debate ser coordenado pelo Ibama, é urgente que a Secretaria de Meio Ambiente, a Adasa, o Ibram, todos os órgãos competentes e esta casa se empenhem para evitar a construção dessa termoelétrica.

Isso não faz sentido. Não há absolutamente nenhum estudo que mostre um grande impacto vantajoso de uma usina termoelétrica para o Distrito Federal. Nossa equipe vai acompanhar a audiência pública, estamos mantendo o diálogo. Só para o senhor ter uma ideia, presidente, eles vão construir 3 chaminés a 77 graus Celsius constantes, que precisam de água para refrigeração permanente. Essas chaminés têm 130 metros de altura. O Congresso Nacional, com 28 andares, tem 100 metros de altura. Elas têm 130 metros, ou seja, são maiores que o Congresso Nacional.

É isso que está em voga. Estamos acompanhando isso e estaremos presentes junto à comunidade para dizer não a essa termoelétrica e pensar em uma cidade com outra matriz energética, porque é o que futuro pede.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para comunicado.) – Senhor presidente, desejo a todos uma ótima tarde! Saudações alviverdes ao senhor, que é um bom botafoguense.

Primeiramente, quero agradecer a oportunidade e colocar o meu mandato à disposição de todos que estão na casa do povo reivindicando seus direitos, pessoas que estudam e se preparam. Estou à disposição para contribuir com todos.

Gostaria de fazer uma observação de utilidade pública nesta tarde. Peço aos moradores de São Sebastião e do Distrito Federal que cuidem do patrimônio público. Mandei recurso para o SLU, foram compradas 900 lixeiras, as papeliras. O que me chamou atenção e me deixou bastante chateado é que algumas pessoas – nem posso chamá-las de cidadãos – estão danificando o patrimônio público, colocando fogo nos papa-lixos e quebrando os PECs.

Mandei recurso para a Novacap comprar e instalar 21 PECs, tanto em São Sebastião quanto no Jardim Botânico, e os estão depredando. Já pedi, deputado Hermeto, apoio da Polícia Militar do Distrito Federal e do delegado-chefe da 30ª Delegacia de Polícia de São Sebastião para identificar esses meliantes. Estamos lutando incansavelmente por uma cidade limpa, uma cidade organizada, mas, infelizmente, algumas pessoas não querem uma cidade melhor.

Quando coloquei meu nome à disposição para representar São Sebastião e o Distrito Federal, pensei em servir à população. Não é obrigatório as pessoas gostarem do parlamentar, mas as pessoas têm por obrigação cuidar do patrimônio, que é de todos nós.

Presidente, quero também falar em defesa dos frentistas. Eu sou ex-frentista. Os frentistas do Distrito Federal pedem socorro. É inaceitável que, em plena capital federal, onde novos postos de combustível abrem todos os meses, os trabalhadores que mantêm esse setor funcionando sejam desvalorizados e tratados com descaso. Eles recebem apenas um salário mínimo, sem reajuste digno, e um tíquete-alimentação congelado em míseros 20 reais por dia. Como sobreviver nessas condições? Como garantir o sustento das suas famílias? A luta não é apenas pelo salário justo, mas também pelo reajuste do tíquete-alimentação, pela valorização do trabalhador e, acima de tudo, pela implementação do auxílio-saúde para atender tanto o frentista quanto a sua família.

Solicito a sensibilidade e a empatia do setor patronal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para comunicado.) – Presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, eu não poderia deixar de elogiar o presidente Lula, a equipe econômica dele e o ministro Haddad, pelo esforço que têm feito para ajustar a economia do nosso país.

Isso não tem sido fácil, porque infelizmente há setores do mercado milionário brasileiro e pessoas da oposição, muitos bolsonaristas, que têm atrapalhado muito no Congresso Nacional as medidas de ajuste econômico para melhorar a vida de todos os brasileiros. Eu quero citar, por exemplo, o crescimento de 3,4% do PIB no ano passado. Há muitos anos que o Brasil não cresce como no último ano.

O Brasil já está em sétimo lugar do *ranking* de crescimento no mundo. Isso é fruto de uma política séria, de muita negociação, que está mudando de novo a vida de muitos brasileiros. Além disso, a renda dos trabalhadores é a de maior valor da história. Ainda nem citamos a taxa de desemprego: há anos que o povo brasileiro não vê uma taxa tão pequena como é a de hoje.

Mas não basta só isso. O governo tem feito um esforço muito grande para baixar os preços dos alimentos. Infelizmente, muitos preços subiram; alguns, inclusive, sem uma justificativa clara, plausível. Muitos preços de produtos, principalmente alimentos, aumentaram sem necessidade. Fica parecendo que está havendo um processo para tentar atrapalhar, boicotar o governo Lula. O presidente Lula continua muito sensível, principalmente em relação à população mais pobre, aos trabalhadores. Ele resolveu zerar a alíquota de importação no nosso país de vários produtos, justamente para ajudar para que esses preços voltem à normalidade.

Porém, infelizmente, quando o presidente recorre aos estados, aos governadores, para zerarem

o ICMS, vem uma série de críticas de muitos governadores, inclusive do governador Ibaneis, e de muitos deputados e senadores, contra a diminuição de impostos para reduzir a fome no Brasil e no Distrito Federal. Cadê a sensibilidade? Cadê o compromisso com o povo mais pobre da nossa cidade?

Então, queremos fazer um apelo, inclusive à bancada do PT. Hoje protocolamos uma indicação ao Governo do Distrito Federal, ao governador Ibaneis, para que ele volte atrás e zere o ICMS de produtos da cesta básica, para que a população mais carente desta cidade, os trabalhadores, possam aumentar sua renda gastando menos com produtos, especialmente com os alimentos da cesta básica.

Fica o apelo ao governador Ibaneis para que ele tenha sensibilidade e zere esses impostos. Não devemos fazer disputa político-ideológica neste momento, as eleições ocorrerão somente no ano que vem. O governador acusou o Lula de estar jogando a questão para a plateia, mas eu acho que o governador está jogando para o bolsonarismo, para a extrema-direita desta cidade, pensando em 2026. Não é justo sacrificar o povo mais pobre da nossa cidade por conta de disputas. No ano que vem, haverá eleição e cada um apresentará suas propostas. Fico impressionado como muitos governadores, deputados e senadores, principalmente da extrema-direita e bolsonaristas, não querem a redução de impostos no nosso país e no Distrito Federal.

Então, a nossa bancada apresentou a indicação e espero que o governador seja sensível e volte atrás, que zere essas tarifas de alguns produtos do ICMS, para que o povo trabalhador e mais pobre possa se alimentar melhor em nossa cidade.

É isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Quero registrar e agradecer a presença da nossa amiga, ex-deputada Telma Rufino, hoje administradora de Arniqueira. Quero publicamente elogiar todo o trabalho feito nesse projeto de acesso controlado. A deputada esteve aqui conosco algumas vezes, inclusive acompanhada de moradores, e demonstrou a angústia deles. Parabéns pelo seu envolvimento e engajamento! Eu a conheço desde a época em que você presidiu a CAF de maneira exemplar. Você ajudou, inclusive, a resolver problemas fundiários na cidade. Fica aqui o nosso registro de agradecimento.

Parabenizo a nossa grande amiga e ex-deputada. Foi uma alegria para mim e para o deputado Ricardo Vale trabalhar em 2 mandatos com ela, que é uma grande companheira. Deus a abençoe, deputada.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Para comunicado.) – Presidente, obrigado. Cumprimento os deputados, a assessoria e principalmente o secretário Marcelo Vaz.

Nós vamos votar, nesta tarde, um projeto muito importante: o Projeto de Lei Complementar nº 61/2024, que versa sobre o acesso controlado nos loteamentos ou o acesso fechado nos loteamentos fechados. Isso vai trazer mais segurança para essas pessoas, porque, dentro desses loteamentos, desses condomínios, ainda existem alguns espaços que são de área pública. Nesses espaços, no passado, foram construídas quadras de esportes, parquinhos e praças e, segundo a legislação, não se pode impedir que pessoas de áreas externas acessem esses espaços, mesmo que eles tenham sido construídos por esses condôminos, porque a área é pública. Então, chegou-se a um acordo com esses moradores e é desse projeto que vamos tratar.

Eu apresentei a Emenda nº 9, que diz o seguinte: nos loteamentos de acesso fechado, só vão adentrar pessoas que os condomínios permitirem, ou seja, o condômino vai identificar quais serão as pessoas que poderão ou não entrar. Para isso, esses moradores vão pagar uma taxa para o governo para terem essa exclusividade de acesso nessas determinadas áreas. Na modalidade de acesso controlado, as pessoas poderão ir e vir dentro dessas áreas. Somente caberá a esses moradores o cadastro, mas eles não podem impedir o acesso das pessoas, por exemplo, a um parquinho e a uma quadra de esporte. Não faz sentido, nesses loteamentos de acesso controlado – ou seja, onde as pessoas podem ir e vir –, cobrar a contribuição de iluminação pública, porque essa contribuição nas áreas públicas é de responsabilidade do governo. Dessa forma, apresentamos uma emenda. Conversamos com a deputada Jaqueline Silva, com o secretário Marcelo Vaz e com os moradores dos condomínios. Conseguimos chegar a um entendimento e a nossa emenda vai ser acatada. Quero agradecer ao secretário Marcelo Vaz pela sensibilidade e entendimento no que diz respeito à contribuição de iluminação pública nas áreas de loteamento de acesso controlado.

Mais uma vez, presidente, esta casa cumpre o seu papel ao trazer tranquilidade para as áreas condominiais, que é uma questão muito conflitante. Lembro que, no passado, vossa excelência foi

secretário dos condomínios, não foi? Esse é um dos grandes problemas de Brasília, pois, dos nossos 3 milhões de habitantes, cerca de 500 mil pessoas residem em condomínios. O governador Ibaneis Rocha avançou bastante nesse processo de regularização, e esta casa, como eu disse, mais uma vez, presidente, cumpre o seu papel ao trazer tranquilidade e segurança para os nossos moradores.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt. Deputado Chico Vigilante, lembro que o deputado Roosevelt traz exatamente aquela dúvida com relação à iluminação pública e a outros equipamentos que estão dentro desses loteamentos. O deputado Roosevelt lembrou bem que, no governo Agnelo, eu fui o secretário de regularização de áreas fundiárias e condomínios. Obrigado, deputado.

Há quanto tempo discutimos essa matéria! Mandamos 2 propostas, elas foram aprovadas por esta casa e sancionadas. Depois houve um questionamento e a lei foi declarada inconstitucional. Já se passaram 15 anos. Precisamos dar uma resposta a essa população.

Obrigado, deputado Roosevelt.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para comunicado.) – Senhor Presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, há certas coisas que eu, por estar há tanto tempo na vida pública, não tolero e nunca tolerei, e uma delas é a mentira.

Não é aceitável que alguém fique mentindo na tribuna da Câmara Legislativa, especialmente quando essas pessoas se dizem pastores, seguidores de Cristo. Cristo não ensinou a mentira. É inaceitável. Cristo ensinou, pregou e praticou a verdade.

Vamos fazer um quadro comparativo. Durante os governos do presidente Lula, deputado Gabriel Magno, 10 Institutos Federais de Educação foram estabelecidos em Brasília, inclusive em São Sebastião. Há 3 *campi* da Universidade de Brasília: em Planaltina, Gama e Ceilândia. Foram construídas dezenas de UPAs com dinheiro público.

Este Distrito Federal só tinha uma creche pública. Foi durante o governo do companheiro Agnelo que começamos a construir creches públicas no Distrito Federal. Agora me apontem uma única obra do Capitão Capiroto no Distrito Federal. Apontem-me uma.

Será que o cidadão que falou aqui há pouco teria a mesma opinião quando estava no governo do PT, durante o governo do Agnelo? Isso porque ele era responsável pelas relações da área de evangélicos com o governo. Certamente, se ele estivesse no governo, a opinião dele seria outra, porque ele estaria integrando o governo também. Ele já o integrou. O pastor chefe da igreja dele foi candidato a suplente de senador pelo PT na época, suplente do Magela.

Dizer que o presidente Lula não prestigia as mulheres realmente é demais, é mentir demais. Eu estava ontem na transmissão de cargo e prestei atenção à fala da ex-ministra Nísia. Ela afirmou que o que era misógino e a atacava eram setores da mídia e não o governo. Foi isso que ela disse ontem. Eu estava lá assistindo de frente.

A questão do ministro que dizem ter praticado atos incorretos com uma ministra está sendo apurada pela Polícia Federal, porque o governo do presidente Lula investiga as questões. Agora, também, o cidadão que se diz advogado sabe que as decisões que estão sendo tomadas são do Supremo Tribunal Federal não são do Executivo. Portanto, não venha mentir aqui, pois existe a separação de Poderes. Quem está punindo os terroristas é o Supremo Tribunal Federal. Portanto, vá lá falar mal do Xandão.

Ele teve a oportunidade de confrontar o Xandão no dia em que nós tivemos uma reunião com ele, e não o confrontou. Por que ele não o confrontou naquele dia quando nós tivemos uma audiência com o Xandão? Ele tratou-o com o maior carinho, quase orou por ele. Agora ele vem aqui e fala mal do governo do presidente Lula. Ele abraçou o Xandão com tamanha emoção que eu até me assustei.

Portanto, não dá, deputado Gabriel Magno, para as pessoas virem aqui falar isso.

Vamos fazer uma comparação de preços. Quanto custava a gasolina no governo do Capiroto? Quanto custava 1 quilo de feijão no governo do Capiroto? Quanto custava 1 litro de leite? O litro de leite custava R\$10,00; o óleo de soja, R\$10,00; a gasolina, R\$8,50; e vai por aí afora.

Portanto, não venham... Porque não haverá esse governo do inelegível nunca mais no nosso país.

Obrigado, presidente. Eu não citei nomes para não dar o direito de resposta.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, ele não citou nomes, mas falou – não é? Mas deixem-me falar: é por isso que todos estão abandonando o barco do Lula.

Eu vou insistir, presidente, pois isto está publicado. Ontem, dia 10 março, o portal G1 publicou que a ex-ministra da Saúde do governo Lula – não sou eu que estou falando, pois abri aspas quando falei – afirmou que, durante todo o tempo em que estive à frente da pasta, sofreu uma sistemática campanha de misoginia dentro do governo. É ela quem está falando; não sou eu.

Se quiserem ver como isso é verdade, basta verem que ontem quem estava falando, presidente, era o Paulinho da Força Sindical, o primeiro apoiador do Lula, que desembarcou e disse: “Sai fora. Esse governo é o governo da mentira.” Isso está lá publicado.

Ele insiste em dizer que apoiei o governo do PT. Eu estava no meu escritório quando recebi uma ligação do cidadão chamado Agnelo Queiroz, que me chamou para ajudá-lo como advogado, como amigo. Eu ajudei um cidadão e não o PT. Lamentavelmente, são siglas.

Agora, louvo muito que o presidente da minha sigla, o PP, está determinando o desembarque imediato do nosso partido do governo do presidente Lula, porque, em 2 anos e meio, chegou ao fim o governo do presidente Lula. Ele acabou.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Meus colegas, precisamos votar a ordem do dia. Estamos com projetos para serem aprovados. Daqui a pouco, o quórum vai se esvaziar. Se ficarmos nesse debate interminável entre direita e esquerda, não conseguiremos votar as questões do Distrito Federal. Então, pela liderança do governo, peço à base – não peço à oposição, porque ela está no papel dela – que se mantenha no plenário para que possamos votar os projetos do governo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Hermeto.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Presidente, farei um comunicado de parlamentar, mas, como líder da Minoria, quero dizer, deputado Hermeto, que nós ainda estamos aqui, como aqueles que lutaram pela democracia brasileira, como o filme que ganhou o Oscar no domingo passado. Nós ainda estamos aqui, presidente, e continuaremos e seguiremos.

Presidente, o que me traz à tribuna neste comunicado de parlamentares são 2 questões. Uma delas o deputado Max Maciel já trouxe. Amanhã estaremos presentes na audiência pública chamada pelo Ibama, mas é fundamental que o Ibram e o Governo do Distrito Federal participem dela para ouvirem o apelo da população do Distrito Federal contra a construção da usina termoeletrica, porque ela trará uma série de impactos muito prejudiciais para a nossa cidade.

Vou listar 5 deles: impacto sobre os recursos hídricos – inclusive, por iniciativa da deputada Paula Belmonte, vamos iniciar a CPI do Rio Melchior, que tratará desse processo –; impacto sobre a saúde pública; o comprometimento da qualidade do ar pela emissão de gás carbônico na atmosfera; uma ilegítima e irreal promessa de empregos com a construção dessa termoeletrica que temos visto no Brasil e no mundo que não se concretiza; a incoerência com a política climática brasileira. Esse dado, as torres, a chaminé dessa usina, de 130 metros de altura, vão emitir os gases poluentes na atmosfera – quando comparamos com as torres do Congresso Nacional, elas têm 100 metros. Nós estamos construindo – ou há a proposta de construção de – uma usina que vai ter as chaminés que vão emitir gases poluentes maiores que as torres do Congresso Nacional.

Há o problema da demolição da Escola Classe Guariroba. Eu quero fazer esse *link*, presidente, com a educação, pois quero chamar a atenção para o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Educação. O Ibaneis tem de ter cuidado com a educação desta cidade e com as escolas. É impressionante a falta de cuidado ao derrubar uma escola.

Em Água Quente, no Recanto das Emas, nós apresentamos uma denúncia no Ministério Público e no Tribunal de Contas, presidente, que o Governo do Distrito Federal está alugando um prédio onde funciona o CED 203 do Recanto das Emas, por 108 mil reais por mês o aluguel. E sabe o que não existe no prédio, deputado Chico Vigilante? Energia elétrica. Não há energia elétrica, e no prédio funciona uma escola. Estão pagando um gerador a mais. Como é que o governo aluga um prédio para funcionar uma escola, e o prédio não tem energia elétrica? Nós estamos questionando isso. Se não há energia elétrica, o prédio não deve estar regularizado. Se há a Carta Habite-se, qual é o processo? Quem é o dono do prédio que está recebendo 108 mil reais por mês para uma escola funcionar, obviamente, sem condição?

Agora acabou de acontecer, presidente, em São Sebastião, o CED Zumbi dos Palmares, que funciona também num prédio alugado: o teto caiu. O teto da escola desabou. Caiu o teto da escola em São Sebastião.

Um governo que não constrói escola, que não cuida dos espaços, que tem uma série de aluguéis espalhados pela cidade, em vez de construir escolas, nomear professor, cuidar da qualidade do atendimento, está fazendo negócio, porque vários desses prédios nós temos denunciado também no Ministério Público – basta ir atrás do dono dos prédios, ver os amigos, ver os interesses privados. É um absurdo o que na capital do país acabou de acontecer: em uma escola em São Sebastião, o teto caiu. O governo Ibaneis precisa cuidar da escola, ele precisa parar de fazer jogo para o pessoal. Ele fica atacando o presidente Lula, mas quem está jogando para a galera é este governo que é incompetente e que abandonou esta cidade. É inadmissível uma escola que funciona em um prédio alugado, e o teto ter caído em São Sebastião.

Nós já estamos protocolando e questionando isso também, presidente, pois é preciso responsabilizar aqueles que deveriam ser responsáveis por garantir uma educação pública de qualidade nesta cidade.

A Constituição diz que a prioridade fundamental são as crianças e os adolescentes, e, infelizmente, este governo não cumpre a lei, não cumpre o mínimo, que é uma escola em condições adequadas.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, primeiramente, boa tarde aos deputados que ingressaram posteriormente ao plenário.

Houve uma discussão nacional sobre direitos humanos, e eu vou ser muito objetivo sobre essa discussão, deputado Chico Vigilante. Estou impressionado. A extrema-direita descobriu o que são direitos humanos. Eu estou impressionado! Estou numa felicidade! É quase pedagógico o que está acontecendo no Brasil. A extrema-direita descobriu o que são direitos humanos. Meu Deus! Eles nos atacavam todos os dias, toda vez que eu defendia direitos humanos. Eles eram contra a ressocialização; eles eram a favor de prisão perpétua; eles não defendiam o direito à justiça; eles não defendiam o direito ao contraditório; eles não defendiam o Estado de direito. Agora, eles sabem o que são direitos humanos. Estou muito feliz, presidente, porque sou defensor de direitos humanos há mais de 20 anos. Vocês não imaginam o tanto de ataques que eu já recebi enquanto estava defendendo direitos humanos, e agora vem deputado da extrema-direita falar em direitos humanos e valores do Estado de direito. Estou numa alegria, estou numa felicidade! Nós estamos passando um momento tão feliz neste país: a extrema-direita agora é a favor dos direitos humanos. Olha só, deputado Ricardo Vale, eles sabem o que é esse conceito. Isso é muito importante.

O Brasil vai ter de passar por uma transformação política enorme, porque agora todo mundo concorda com isso. Isto é um consenso: defender direitos humanos. Acesso à justiça, Estado de direito, uma justiça que não seja contra os mais pobres ou a população negra: tudo isso são direitos humanos. Eles atacam o tempo inteiro as instituições globais, como a ONU, como as organizações que defendem direitos humanos. Agora, eles estão recorrendo à OEA, à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Eles a descobriram, pessoal! Que alegria! Esta casa tem de celebrar. A extrema-direita descobriu o que são direitos humanos. Nós temos de celebrar, porque isso merece, inclusive, presidente, uma sessão solene assinada pelos 24 deputados para celebrar os direitos humanos no Poder Legislativo local.

Eu encerro a minha fala, presidente, combatendo o oportunismo. Eles estão pegando alguns casos isolados, do baixo claro mesmo, do bolsonarismo e do golpismo, para justificar anistia para o chefe da quadrilha, Jair Messias Bolsonaro, e para uma cúpula de dirigentes do golpe neste país. É isso

que eles estão tentando fazer usando casos isolados. Eles usam casos isolados, menores. Não se enganem, inclusive famílias que estão achando que a defesa é sobre vocês: eles estão defendendo a cúpula, a elegibilidade. Eles estão defendendo a cúpula daqueles que tentaram um golpe neste país. Nós não podemos tolerar e nem naturalizar quem tentou um golpe. Vivam os direitos humanos!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Encerrado o comunicado de parlamentares.

Vamos fazer a recomposição de quórum. Solicito aos deputados que registrem suas presenças.

Consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos e apreciarmos as demais matérias. (Pausa.)

Há acordo, não havendo manifestação em contrário.

Procederemos à leitura dos itens da pauta após a recomposição do quórum.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Incluo, na ordem do dia, os seguintes itens extrapauta:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 54/2025, de autoria da Mesa Diretora, que “Fixa o valor de auxílio-alimentação e de auxílio-creche devidos aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 55/2025, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera a Resolução nº 337, de 2023, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

Procederemos à apreciação desses itens.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 54/2025, de autoria da Mesa Diretora, que “Fixa o valor de auxílio-alimentação e de auxílio-creche devidos aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Resolução nº 54/2025, de autoria da Mesa Diretora, que “Fixa o valor de auxílio-alimentação e de auxílio-creche devidos aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Presidente, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 18 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 54/2025, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 18 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 55/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera a Resolução nº 337, de 2023, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Resolução nº 55/2025, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera a Resolução nº 337, de 2023, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências".

De igual modo, presidente, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 18 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Em discussão o Projeto de Resolução nº 55/2025, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 18 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.571/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

Tramitação concluída. Foi apresentada uma emenda de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo

Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF à emenda de plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 1.571/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”.

Presidente, o parecer é pela admissibilidade da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 18 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.571/2025, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 19 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. Foi apresentada uma emenda de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Designo o deputado Eduardo Pedrosa como relator pela CEOF.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.614/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00, e dá outras providências”.

O projeto de lei visa a abrir crédito no valor de 10 milhões de reais em favor da Companhia do Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Codhab, destinado a atender despesas com o programa Cheque Moradia.

Além disso, o projeto também objetiva promover alteração no art. 5º da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, de modo a excluir os recursos da reserva de contingência da incidência do limite de 25% estabelecido para a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo.

Foi apresentada uma emenda de autoria da Mesa Diretora com o intuito de suprimir as alterações propostas ao art. 5º da Lei Orçamentária Anual de 2025.

No âmbito desta comissão, manifesto voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.614/2025 com o acatamento da emenda apresentada.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, acho que é importante pontuar para as pessoas que estão assistindo a nós que a Mesa Diretora fez muito bem ao apresentar essa

emenda, porque, na verdade, o governo tinha colocado um submarino. Geralmente, submarinos são colocados pela... Mas dessa vez foi o governo.

O que ele queria? Mexer no orçamento sem autorização da Câmara Legislativa. Isso era um passa-moleque em nós. Portanto, a Mesa Diretora está corrigindo essa coisa feita pelo governo. Isso é muito importante.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, gostaria de registrar que estamos votando uma matéria do Poder Executivo sobre crédito e, também, que define a possibilidade de concurso público na Secretaria de Desenvolvimento Social. Quer dizer, essa é outra matéria, na verdade, que vamos votar em outro projeto, mas é uma matéria urgente. Não sei se está previsto para votarmos agora; é autorização para o concurso.

Só gostaria de registrar nossa posição favorável à outra matéria, porque é importante que seja votada o quanto antes, pois é uma área, a da assistência social, que precisa urgentemente de concurso público. Isso é uma demanda dos servidores e é uma demanda da sociedade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Da nossa parte, há acordo para que seja feito o devido a encaminhamento, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 19 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.614/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 19 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2023 (*sic*), de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o loteamento de acesso controlado no Distrito Federal, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 14 emendas de plenário. A CAF, a CDESCTMAT e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Designo a deputada Jaqueline Silva como relatora pela CAF.

Solicito à relatora, deputada Jaqueline Silva, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAF ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o loteamento de acesso controlado no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Verifica-se que o projeto visa regulamentar a situação fática do Distrito Federal relacionada ao fechamento de ocupações em processo de regularização, considerando a demanda da população que participou ativamente do processo de elaboração junto ao Poder Executivo.

A matéria possui debate ativo no Distrito Federal há pelo menos 15 anos, contando, inclusive, com tentativas de regulamentação que se mostraram ineficazes, fazendo com que o assunto

continuasse pendente de enfrentamento.

Nesse sentido, tem-se que a matéria é de extrema relevância e merece a devida atenção dos membros desta casa para que possamos resolver a questão e entregar para a população do Distrito Federal uma norma que, de fato, atenda aos anseios sociais.

Dessa forma, numa análise da proposta, observa-se que o poder Executivo indica em sua justificativa a realização de diversas audiências públicas, visitas técnicas e seminários com o fim de enfrentar o tema de forma técnica e com ampla participação popular, o que nos leva à conclusão de que a matéria está em condições de ser analisada e votada nesta casa legislativa.

Diante disso, esta relatora e os membros desta casa, em uso de suas prerrogativas constitucionais, analisaram o projeto e entenderam pertinente a apresentação de 14 emendas com vistas à realização de ajustes pontuais de texto. Em análise ao projeto, foram apresentadas emendas por esta relatora a fim de atender às demandas da população externadas em audiência pública.

Ante o exposto, concluímos que a proposição atente aos requisitos de oportunidade e conveniência.

Sendo assim, manifestamos nosso voto pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2024, incluindo as Emendas nºs 12 e 13, da relatora; pelo acatamento das Emendas nºs 4, 5, 8, 11 e 14; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 6 e 7. Comunicamos que foram retiradas as Emendas nºs 9 e 10, no âmbito desta CAF.

Esse é o nosso parecer, senhor presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, quero só que sejam lidas as emendas acatadas. Não é preciso ler as que não foram acatadas, pois já não existem mais no mundo jurídico.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Lembro aos deputados que não haverá manifestações de discussão neste momento, só ao final, quando todos os pareceres forem proferidos.

Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva para que leia as emendas acatadas.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Emenda nº 4:

“Dê-se ao *caput* art. 30 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2024, a seguinte redação:

Art. 30. Fica garantida a manutenção do fechamento do loteamento em processo de regularização, regularizado, registrados, ou em área regularizável prevista no PDOT, unicamente aos fechamentos existentes até 13 de setembro de 2018, observados os procedimentos previstos no regulamento desta lei complementar.”

Emenda nº 5:

“Dê-se ao art. 20 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2024 a seguinte redação:

Art. 20. Nos casos em que o loteamento em regularização esteja integralmente localizado em área particular, o poder público pode expedir autorização de uso em favor do proprietário do loteamento ou da entidade representativa dos moradores do loteamento, desde que tenha sido apresentado o projeto urbanístico de regularização, na forma do regulamento desta lei complementar.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, devem ser consideradas as áreas previstas como públicas no projeto de regularização em aprovação.

§ 2º O poder público, após a efetiva regularização do loteamento, pode exigir contrapartida urbanística calculada na forma do art. 17 desta lei complementar, em razão da expedição de autorização do uso de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º A autorização de uso de que trata o *caput* deste artigo somente é expedida em favor do proprietário do loteamento se inexistir entidades representativas dos moradores do loteamento.”

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Deputado, vou terminar de fazer a leitura. Ao final, vossa excelência poderá fazer os questionamentos. Está bom?

Emenda nº 8:

“Dá-se a seguinte redação ao § 4º do art. 30 da Lei Complementar nº 61/2024:

Art. 30. [...]

[...]

§ 4º Devem ser observados os parâmetros fixados nesta lei complementar, aos seguintes casos de fechamento:

I – para parcelamento em processo não instaurado de regularização fundiária até a data prevista no *caput* deste artigo;

II – para parcelamento em processo de regularização que não cumprir o disposto no § 3º deste artigo.”

Emenda nº 11:

“Acrescenta-se ao art. 5º do Projeto de Lei Complementar nº 61/2024, o inciso V:

Art. 5º [...]

[...]

V – a manutenção da face externa, voltada aos logradouros públicos, dos fechamentos dos loteamentos.”

Emenda nº 14:

“Fica incluído parágrafo ao art. 5º do Projeto de Lei Complementar nº 61, de 2024, renumerando os demais, com a seguinte redação:

Art. 5º. [...]

[...]

XX Quando a entidade representativa dos moradores optar pela modalidade de loteamento de acesso controlado, não é devida a contribuição de iluminação pública das áreas internas.”

Senhor presidente, são essas as emendas apresentadas e aprovadas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, eu pedi um esclarecimento à presidente da CAF, deputada Jaqueline Silva. Sua excelência disse que me daria o esclarecimento só depois da leitura das emendas. Estou pedindo agora o esclarecimento.

Pela maneira que uma emenda foi lida, parece que a área privada vira pública. Eu gostaria que a deputada Jaqueline Silva explicasse isso. É esse o esclarecimento que eu quero. O loteamento ou é privado ou é público.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. São as vias.

Concedo a palavra à deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Essas indagações são importantes, mas quero dizer que tenho uma equipe que me traz todo amparo e tranquilidade sobre essas emendas. Inclusive, vários deputados fizeram as suas contribuições, e entendemos que elas não cabiam no texto.

Deputado Chico Vigilante, deixamos claro que é dada uma autorização para que, no futuro, consigamos fazer a regularização dessas áreas.

Não é isso, Samuel?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB) – Isso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Jaqueline Silva. Obrigado, Samuel.

Designo a deputada Paula Belmonte como relatora pela CDESCTMAT.

Solicito à relatora, deputada Paula Belmonte, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para apresentar parecer.) – Parecer da CDESCTMAT ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o loteamento de acesso controlado no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Presidente, nós sabemos que este é um projeto que tem sido discutido nesta casa há algum tempo. Inclusive quando o senhor era deputado também discutiu a respeito disso.

Eu faço o registro de que nós vamos dar um parecer favorável. Foram apresentadas emendas, elas foram acatadas, mas eu continuo dizendo que é muito importante que o processo legislativo cumpra o seu rito. Quando a proposição passa pelas comissões, quando passa por todo o rito que é proposto, traz para nós mais segurança para que possamos votar.

Desde ontem, eu tenho trabalhado com nossa equipe e também falado com os representantes dos condomínios. Sabemos que houve um esforço conjunto. Portanto, queremos agradecer. Se nós tivéssemos mais tempo, com certeza, o parecer ficaria melhor.

Nos termos do art. 69 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à CDESCTMAT emitir parecer do mérito das matérias que tratam de meio ambiente.

No mérito, a manifestação do voto é pela aprovação do projeto de lei complementar no âmbito desta comissão, acatando as Emendas nºs 4, 5, 8, 11, 12, 13 e 14; e rejeitando as Emendas nºs 1, 2, 3, 6 e 7. As Emendas nºs 9 e 10 foram retiradas.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Designo o deputado Thiago Manzoni como relator pela CCJ.

Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei Complementar nº 61/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o loteamento de acesso controlado no Distrito Federal, e dá outras providências”.

Presidente, fazendo um breve preâmbulo, eu gostaria de dizer que o parecer vai ser proferido nos termos em que o acordo foi firmado e com a anuência do pessoal que está nesta casa representando os condomínios. Eu confio neles e acredito que eles conseguem fazer uma avaliação meritória da situação muito melhor do que os próprios deputados, na medida em que eles estão envolvidos com isso há muitos anos.

Eles estão na Câmara Legislativa, participaram da conversa com o governo, participaram da conversa com os deputados, explicaram as situações e chegaram a um acordo que foi levado para alguns deputados. Eles não levaram esse acordo para mim, mas eu confio no que os representantes dos condomínios trouxeram.

Portanto, o parecer da CCJ vai em conformidade com aquilo que foi o parecer das comissões anteriores para admitir o projeto de lei complementar e as Emendas nºs 4, 5, 8, 11, 12, 13 e 14, e inadmitir as Emendas nºs 1, 2, 3, 6 e 7.

As Emendas nºs 9 e 10 foram retiradas.

Esse é o parecer da CCJ.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer das comissões.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, o Projeto de Lei Complementar nº 61/2024 é um projeto importante desta casa. Há muita sensibilidade em relação a esse assunto, porque sabemos que muitas pessoas no Distrito Federal moram em condomínios. Isso gera muitos debates.

Estamos tratando de algo real da vida das pessoas. Há alguns representantes de condomínios presentes – não sei se eles falam por todos – que conversaram conosco. Obviamente, temos de apresentar as nossas preocupações, porque já vimos muitas leis serem aprovadas nesta casa,

sancionadas pelo governador e depois questionadas e derrubadas na justiça. Isso não acontece nem 1 nem 2 vezes. Então, quando o alinhamento não é máximo, quando a preocupação jurídica deixa algumas lacunas, isso acontece. E quem pode sair prejudicado lá na frente, novamente, são os moradores que acreditaram que aquela seria a solução de todos os problemas.

Raramente o deputado Ricardo Vale pede para adiar a discussão de um projeto. Hoje sua excelência pediu, sendo morador de um condomínio. Faltou sabedoria desta casa. Ela não o escutou. Há deputados que pedem mais vezes, mas o deputado Ricardo Vale pede poucas vezes. Faltou sabedoria porque, às vezes, o alinhamento é importante até para que a construção política e jurídica se consolide da melhor forma. Estamos falando de um projeto que não polariza direita e esquerda, mas mexe com a realidade da vida das pessoas.

Então, eu queria trazer um ponto do projeto, que me preocupa: a modalidade que o PLC cria de loteamento fechado. Quer dizer, o loteamento pode ser totalmente fechado, praticamente, nesta lógica: a área continua pública, porque se trata de uma outorga, mas eles vão custear tudo. Não há previsão para isso na legislação federal, ou seja, essa é uma inovação do Distrito Federal. É importante que se registre isso.

Na proposta que o governo apresenta, não há clareza de como vai ser a modalidade do cálculo que vai ser imposto a esses condomínios. Isso vai ser feito administrativamente, depois. Então, deputado João Cardoso, pode ser uma coisa muito boa para os condomínios ou pode ser algo muito ruim. E pior, não há previsão do processo administrativo de infrações e multas. Pode ser uma coisa muito boa, mas depois também pode ser ruim, tanto na modalidade de entrada controlada quanto na modalidade completamente fechada.

Falta uma série de elementos sobre os quais esta casa está abrindo mão de legislar. Precisamos falar a verdade. Não vamos saber do cálculo. Quem vai definir o cálculo é a Seduh ou alguém vai defini-lo, porque não está no projeto de lei complementar, e nós também não sabemos como vai ser o processo administrativo para apurar, nas 2 modalidades, se o condomínio está regular ou não do ponto de vista dos muros e guaritas. Isso não está sendo dito. O DF Legal pode multar amanhã o Ouro Vermelho 1, porque o procedimento não está transparente. Haverá regulamentação posterior, e esta casa está abrindo mão disso. Temos de saber o que nós estamos votando.

Eu sei que muitas vezes as construções são construções possíveis. Não nos opomos ao projeto nem à pauta que está sendo colocada. Obviamente, há várias concepções de cidade. E preciso que se amarre isso, porque o DF foi construído a partir de uma concepção, e nós nos preocupamos com o depois, o dia seguinte.

Eu queria deixar muito claras para os parlamentares as nossas preocupações e as ausências que esse projeto traz, que podem gerar – hoje parece ser muito bom para os condomínios – um transtorno e um problema posterior, pela falta de informações e pela inventividade e criatividade jurídica que ele traz quando cria a concessão quase total de uma área que é pública, uma área de proteção ambiental – há várias coisas juntas –, e as entrega com as portas fechadas, sem sabermos o cálculo, em uma modalidade que não está prevista na legislação federal.

Então, apresento essas preocupações para a discussão dos parlamentares e me preocupo que essa lei seja questionada depois e que o nosso esforço de hoje, açodado, não tenha valido a pena.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Senhor presidente, primeiro me somo a algumas das preocupações que o deputado Fábio Félix trouxe e reforço que, mesmo no debate final para votarmos no primeiro turno, é possível avançarmos em alguns entendimentos.

Quero trazer 4 pontos de preocupação e alerta sobre o PLC em questão e a forma como está sendo votado. Primeiro, de um ponto de vista mais geral. Parece que, nos últimos 2 anos, o GDF tem renunciado a uma concepção importante de pensar a cidade de forma mais ampla, incluindo o espaço público e a questão dos déficits de moradia para a população de baixa renda.

Estamos falando, mais uma vez, de um projeto direcionado para condomínios fechados em situação irregular. E, nesses 2 anos, nós já votamos uma série de projetos de lei que alteram a estrutura fundiária do Distrito Federal e até agora não se chegou à preocupação com a cidade do ponto de vista mais macro, mais geral, considerando também o déficit de moradia que há no Distrito Federal.

Essa é uma primeira preocupação, até porque vamos discutir o PDOT. Isso está nesse debate, e temos visto, por parte do governo, nesses 2 anos, inclusive em propostas já votadas aqui, que esses temas têm passado ao largo.

O segundo problema, senhor presidente, são algumas contradições no texto. Por exemplo, em alguns artigos, ele estabelece os parâmetros para o cercamento e para as guaritas. Nos arts. 13 e 14, fala-se de muros de 2,70 metros de altura, 70% de transparência em divisas voltadas para logradouros públicos, área máxima de 30 metros quadrados para guaritas e tudo mais. Só que depois, no art. 30, entra-se em contradição.

Então, a própria lei gera contradições, porque estabelece um marco temporal e não fica nítido quem terá que se adequar a essas exigências, quem vai fiscalizar e quais são as contrapartidas ou sanções. Isso não fica nítido e acaba gerando novamente o que temos dito insistentemente sobre os vários projetos sobre as questões fundiárias nesta cidade: geram insegurança jurídica mais uma vez. Então, o que, à primeira vista, pode ser solução pode trazer depois mais problemas.

Um terceiro ponto, que também nos gera preocupação, presidente – fica o questionamento até para a Seduh e para o Governo do Distrito Federal –, é a opção, no meu entender, equivocada de se retirar do texto a fórmula de cálculo da Ocex. Para quem está assistindo a esta sessão, a Ocex é a Outorga Onerosa de Concessão para Uso Exclusivo de Área Pública. É aquilo que terá que ser pago pelos moradores, pelos condomínios que estão fechados, cercados, sobre possíveis áreas públicas ali dentro. É uma opção de se retirar do texto da lei a fórmula de cálculo e deixar que essa fórmula seja estabelecida depois, em regulamento.

Mais um cheque em branco que estamos dando para a Seduh, dos vários que já demos nesta casa. Em alguns deles foi comprovada, inclusive, a preocupação que nós apresentamos aqui. Quanto vai ser? Quais os critérios? Quais os parâmetros? O parlamento, a Câmara Legislativa, está abrindo mão de uma prerrogativa que é sua, a de estabelecer, no texto da lei, a fórmula com mais transparência, pactuada com a sociedade civil, com os moradores e com o próprio Governo do Distrito Federal, atendendo também aos interesses públicos e particulares.

De novo, na minha opinião, voltamos à premissa: algo que poderia parecer uma solução dos problemas, pode gerar, lá na frente, insegurança jurídica e mais problemas e não soluções, deputado João Cardoso.

Por fim, presidente, quero questionar o argumento que o governo usou para votar de maneira rápida. Tudo bem, o projeto chegou a esta casa em dezembro. Nós, no recesso parlamentar em janeiro e fevereiro, vimos aqui a oposição dando quórum, mas não houve sessão deliberativa. São importantes esses debates nas comissões, porque conseguimos tirar essas dúvidas. E o argumento de que tem que se votar rápido porque vão derrubar o muro no condomínio, desculpem-me, não é o correto, não é honesto do ponto de vista do debate público, porque, inclusive, as demolições, muitas vezes, ocorrem justamente por isto: um projeto de 680 páginas. Quando as comissões não debatem, perdemos essa qualidade do debate público aqui.

Então, o argumento das derrubadas não me parece honesto, porque, digo novamente, isso é uma opção política que o governo tem feito, contrariando o acordo que fez na campanha, a promessa de que não iria derrubar nada, de que não derrubaria casas e de que iria construir casas, inclusive.

Não me parece que esse seja o mote adequado. Nós entendemos também a preocupação. Vamos votar favoravelmente, mas, de novo, levantando uma série de questionamentos. E faço, mais uma vez, um apelo. É preciso mais uma semana para, pelo menos, tentarmos dirimir essas dúvidas. Eu acho que isso ajudará no debate coletivo. A opção da maioria, pelo que entendi, é votar hoje.

Votaremos a favor com essas ressalvas, e é importante que sejam publicadas. Não pode ser mais um cheque em branco para a "súper" Seduh que nós estamos criando. Foi assim no PPCUB, foi assim nas terras rurais, uma "súper" Seduh que terá superpoderes sobre o espaço público e, agora, sobre o privado também no Distrito Federal, incluindo a aplicação de cobranças e taxas que não sabemos que estamos dando. Será mais um cheque em branco.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel. Só lembrando que, quanto ao item 3, a sua preocupação é extremamente pertinente, mas a deputada Jaqueline está propondo aqui que façamos uma emenda, incluindo, juntamente... Esse, inclusive, foi sempre um pedido do deputado João Cardoso, que trouxe essa preocupação, e acho que os próprios condomínios se sentem mais confortáveis com isso.

O deputado Hermeto também deve assinar essa emenda conosco. Nós já consultamos a Seduh

e achamos que podemos avançar, não é, secretário Marcelo? Então, quanto a essa preocupação de vossa excelência, acho que sim. Então, está 2 a 1. Está bom.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, acho que essa emenda, sendo apresentada neste momento, depois da discussão em todas as comissões, é a prova concreta e cabal de que nós tínhamos razão.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Por isso que nós estamos acompanhando.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Queríamos um prazo até terça-feira para debater com todos e apresentar algo que fosse sustentável.

Vossa excelência já foi um secretário que cuidou dessa área. Na época do governo Agnelo, do Partido dos Trabalhadores, veio um projeto a esta casa de autoria do Executivo e todos votaram a favor. A lei foi aprovada e sancionada, mas depois caiu com uma ação do Ministério Público. Depois, parece que no governo Rollemberg, veio outro projeto que também caiu. Quatro leis já foram derrubadas por ação do Ministério Público. A minha preocupação era essa, e, por isso, estávamos pedindo tempo para fazer algo sustentável.

Está aqui o nosso jurista, deputado Thiago Manzoni, que é presidente da CCJ e que estava, inclusive, com dificuldade de dar o parecer, porque ele é muito cuidadoso. Eu o acompanho na CCJ, sou vice-presidente da comissão. Portanto, ele poderia ter esperado.

O meu temor é que esse projeto aprovado aqui, deputado Wellington Luiz, seja mais uma lei derrubada. Essa é a minha preocupação. Não há ninguém aqui que seja contra a questão dos condomínios, até porque o condomínio é uma realidade. Vossa excelência viu qual foi o posicionamento da liderança do Partido dos Trabalhadores, exercido aqui por mim, quando daquela decisão absurda de mandar derrubar o RK. Uma decisão que nunca será cumprida. Vão ficar os netos daquelas pessoas, os bisnetos, enquanto existir Brasília, enquanto existir mundo. Esperamos que o mundo não chegue ao fim agora com as loucuras do Trump, mas, enquanto houver mundo, estaremos aqui. Portanto, poderíamos perfeitamente ter esperado.

A bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar a favor, mas com a clareza de que não está resolvendo o problema, e ressaltando que queremos resolver efetivamente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Sabe qual é a diferença? Naquela época, o secretário de regularização não era tão bom quanto o de hoje, que é o Marcelo. O secretário era meio fraco. Agora temos o Marcelo Vaz, que sabe muito. O que eu não consegui fazer, ele conseguiu. Fica tranquilo que agora vai dar certo.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Presidente, eu só queria rapidamente comentar sobre a fala do deputado em que ele fala sobre as loucuras do Trump. Eu vou citar algumas das loucuras do Trump dos últimos 2 meses.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, estamos no processo de discussão.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL) – Eu sei, mas ele falou do presidente, eu só queria comentar.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não, mas é porque isso não cabe neste momento regimentalmente. Eu lhe concedo a palavra no final, me comprometo com vossa excelência e agradeço a compreensão.

Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para discutir.) – Presidente, eu tenho acompanhado essa questão do projeto de lei complementar sobre muros e guaritas, desde o início, em todas as

audiências públicas, desde a pandemia. Inclusive, em muitos momentos, eu estive presente como o único parlamentar, sempre ao lado dos condomínios. Eu também sou morador de condomínio, e, além disso, também acompanhava isso. Tenho certeza de que o Governo do Distrito Federal, através da Seduh e do secretário Marcelo, sempre procurou resolver de vez essa questão da regularização, porque há também a pressão dos meios de fiscalização, que sempre cobraram a regularização de muros e guaritas.

Foram criadas as modalidades fechada e controlada e a grande preocupação, de fato, sempre foi, como já foi falado aqui, a forma como seria calculada e cobrada a modalidade fechada para aqueles que optassem por ela. Eu, como auditor fiscal há 32 anos, acompanhei e fiscalizei vários condomínios em diversos lugares. Hoje, essa preocupação é latente, principalmente porque não estava estipulado como seria esse cálculo.

O GDF e a Seduh, como o secretário Marcelo colocou várias vezes, alertaram os síndicos e os condomínios de que não precisavam se preocupar, pois o governo não iria usurpar dessa cobrança, onerando os condomínios que fazem tudo dentro do próprio espaço: pavimentação, iluminação e segurança. Ou seja, os condomínios fechados trazem lucro permanente para o Governo do Distrito Federal em relação a vários pontos, como segurança e outros mais.

Acredito na palavra do secretário Marcelo de que essa regulamentação virá para melhorar ainda mais o projeto. Por quê? Caso haja algum equívoco, tenho certeza de que os condomínios e as associações vão se organizar e procurar o Governo do Distrito Federal e o secretário Marcelo, que, como sempre, estará aberto a escutá-los. Se tiver que mudar a regulamentação, que se faça, sem problema nenhum. Se tiver que mudar algum item na lei, mudaremos.

Não vejo problema nenhum em votar essa emenda que eu e a deputada Jaqueline Silva queremos propor, que já será assinada, que sugere a fixação dessa alíquota para que seja algo tranquilo e não onere o condomínio. Acredito no governo e na palavra do secretário Marcelo. Tudo pode ser mudado, deputado Gabriel Magno, caso sejamos surpreendidos. Eu acredito nisso e estamos aqui para isso. Eu me declaro nesse sentido. Vamos assinar a emenda e dar seguimento a essa votação, regularizando de vez essa questão dos condomínios.

Obrigado, presidente. Obrigado a todos os síndicos que nos acompanharam, às associações e ao movimento comunitário do Jardim Botânico.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir.) – Presidente, senhoras e senhores deputados, há, aproximadamente, no Distrito Federal, 370 condomínios fechados, onde moram, mais ou menos, 140 mil pessoas. Quero elogiar a Seduh e o secretário Marcelo Vaz porque, toda vez que realizamos audiências e debates nesta casa e trouxemos os moradores e síndicos de diversos condomínios, eles foram extremamente receptivos. Vossa excelência, presidente Wellington Luiz, também nos ajudou muito nisso.

Assumimos o compromisso com esses condomínios, com os síndicos e com a população de que, quando esse projeto chegasse a esta Casa, ele tramitaria de forma tranquila nas comissões. Infelizmente, isso não foi cumprido. Não conseguimos cumprir o acordo que fizemos aqui, neste plenário, e em algumas reuniões, de que esse projeto passaria pelas comissões.

Evidentemente, queremos resolver essa situação. Como já mencionei, sou morador de um condomínio e sei como esse tema nos preocupa. Todos queremos resolver isso, mas, como foi dito aqui, o projeto contém 680 páginas e diversos artigos. Não é possível, hoje, termos clareza do que será oneroso para os moradores e para a população que reside em condomínios. Ainda não sabemos ao certo. Vamos votar meio que dizendo: "Olha, vamos confiar no secretário. Vamos confiar no trabalho que a equipe fez."

E se por acaso não ficar bom? E se por acaso depois os condomínios, os síndicos e os moradores se sentirem, de certa maneira, prejudicados e esses moradores precisarem arcar com mais custos? Já existem processos de regularização em andamento, mas muitos condomínios enfrentam valores absurdos cobrados pela Terracap que são impossíveis de serem pagos pelos moradores. Agora, vem mais uma taxa, mais um encargo, mais um processo. Por isso, pedimos prudência e calma. Precisávamos de uma semana para avaliar, artigo por artigo, do projeto. Infelizmente, isso não foi

possível.

Dessa forma, os condomínios estão, como já foi mencionado, entre a cruz e a espada. Ou votamos como está, ou aceitamos pagar pelo uso privativo das áreas comuns, ou as guaritas serão derrubadas. Isso deixou a situação bastante complicada.

Foi inadequada essa pressa de trazer o debate hoje e já votar o projeto no plenário, sendo que a maioria dos deputados, ou quase todos, ainda não conhecem o texto que está sendo votado.

Então, espero que Deus tenha iluminado a Seduh, o secretário e toda a equipe, para que este seja um projeto justo, especialmente para a população. Como já mencionei, todos estão sobrecarregados com contas a pagar. Espero que o governo do Distrito Federal e a Seduh não imponham mais impostos, principalmente aos moradores de condomínios.

É isso, senhor presidente.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD) – Presidente, primeiro agradeço por esta oportunidade. Eu não moro em condomínio. Eu moro no Morro da Cruz, mas tive a oportunidade de trabalhar no Condomínio Solar de Brasília durante 19 anos da minha vida. Sei muito bem a importância de cada condomínio do Distrito Federal. Sei que realmente os condôminos contribuem muito com o Estado, construindo a rede elétrica, a rede de água potável, a rede de esgoto, fazendo pavimentação, drenagem, tudo. Eu considero o Condomínio Solar de Brasília, de onde saí, como minha escola. Converso com vários síndicos – inclusive quero deixar um abraço a todos os síndicos do Jardim Botânico e de todo o Distrito Federal. Como ex-porteiro, entendo que é necessário regularizar, organizar e dar segurança jurídica a esses moradores.

Portanto, quero dizer que votarei a favor do Projeto de Lei Complementar nº 61/2024. Espero que isso seja agora, que não passe de hoje.

Para finalizar, presidente, quero parabenizar o trabalho da Seduh, de toda a equipe. Parabenizo o Governo do Distrito Federal, cujo governador é o que mais se preocupou com a regularização de terras no Distrito Federal. Os outros governos que passaram por aqui, em vez de governarem, achavam que eram ditadores. O governador Ibaneis Rocha teve a coragem de dar uma canetada e regularizar a situação dos condomínios.

Tenho certeza, Marcelo, de que esse outro projeto também chegará – discutiremos o PDOT –, para trazer segurança jurídica a todos os segmentos.

Quero dizer que o nosso gabinete se transformou no gabinete da regularização. Temos de pautar, sim, essa matéria; e este parlamento tem a obrigação de levar tranquilidade à sociedade brasiliense.

Muito obrigado. O meu voto será favorável ao projeto, em nome do Senhor Jesus.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz. Faça minhas as suas palavras. Parabenizo todo o trabalho da Seduh e de toda a equipe.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, quero fazer uma sugestão.

Alertei sobre alguns problemas, e a fórmula é um deles. Acho que apresentar a fórmula agora gera a necessidade de um debate mais amplo. Sugiro que a emenda, em vez de ser a emenda da fórmula, seja uma emenda que determine que a aplicabilidade da fórmula não seja feita por meio de regulamento, mas, sim, por meio de projeto de lei. Ela tem de passar de novo por esta casa. Desculpe-me, presidente, não há como votar em uma fórmula que está sendo desenhada agora. Precisamos consultar as pessoas e fazer algum nível de debate sobre ela. Esse era o problema de votarmos o projeto hoje.

Acho que essa emenda, com a fórmula de agora, não resolve a situação, porque temos dificuldade de entender a fórmula, de saber quanto está sendo cobrado, quais são os parâmetros e os critérios. Sugiro, então, pensarmos em um novo tipo de emenda – uma emenda que estabeleça que isso não seja feito por regulamento, mas por um novo projeto de lei que passe por esta casa para determinar qual será a fórmula.

Não temos condição de votar em uma fórmula sem fazer debates, sem fazer consultas, sem fazer um estudo do impacto que isso trará para os moradores e para o espaço público. Acho que isso não resolve o problema. Novamente, alerta: é o início de uma crise votar desse jeito hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres das comissões que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 19 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foram aprovados.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, o governo disse que incluiria a fórmula. O deputado Gabriel Magno fez uma nova sugestão, mas o governo inicialmente disse que incluiria a fórmula. Qual fórmula? Podemos ter acesso a essa fórmula? Há outros itens na pauta. Não seria importante avançarmos, por exemplo, para o item nº 15 – ou outro item – e o votarmos, para podermos ter acesso à fórmula?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Enquanto votamos os outros projetos que já foram votados em primeiro turno, os deputados acessam essa informação. Não vejo problema, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Está certo. Eu me inscrevo para a discussão em primeiro turno.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – *ok*, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, quero fazer uma sugestão. Em vez de avançarmos para o segundo turno dos que já foram aprovados, votemos o item nº 15, que é o Projeto de Lei nº 1.586/2025, referente ao concurso da Sedes.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a sugestão de vossa excelência e solicito que seja incluído para votação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, a minha sugestão é que esse projeto dos condomínios seja votado agora e que fique para o segundo turno essa emenda que está sendo proposta.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. A ideia é essa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Votamos o projeto e deixamos a emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vai exatamente ao encontro do que o deputado Fábio Félix pontuou. Enquanto votamos, por exemplo, o item nº 15, como solicitado pelo deputado Gabriel Magno – mais 1 item, são 2 créditos –, apreciamos a emenda.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, solicito o uso da palavra para questão de ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para questão de ordem.) – Presidente, trata-se de uma questão relativa ao procedimento que vamos adotar. A emenda só pode ser apresentada no segundo turno mesmo, por questões regimentais.

Eu quero fazer um requerimento, presidente, com fundamento no art. 185, inciso I, do

Regimento Interno. Eu quero votar em separado, o § 2º do art. 28. Então, votamos o projeto todo e depois votamos em separado o § 2º do art. 28. É o destaque do parágrafo. Por que eu estou pedindo para votar em separado? Porque, na minha opinião, ele fere o princípio da legalidade. Infrações podem ser criadas por regulamento, e isso não é permitido no nosso ordenamento. Apenas em relação a esse § 2º, eu quero ter a oportunidade de votar contrariamente. Solicito que o destaque seja feito.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho o pedido de vossa excelência e solicito que seja votado em separado.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 61/2024.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, eu quero aproveitar a discussão. Primeiro, elogio o secretário da Seduh, o Marcelo. Quero dizer, assim como vossa excelência, que ele é um secretário muito inteligente e está sempre disponível para o debate na Câmara Legislativa. Não há dúvida disso. Apesar das nossas divergências, temos um respeito enorme pelo trabalho do secretário e de toda a equipe técnica dele. É importante registrar que a equipe técnica da Seduh é uma equipe de ponta. Nós discordamos muitas vezes do método, do mérito, mas isso não quer dizer que nós não respeitamos o trabalho feito por toda a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

Eu queria fazer 2 ponderações para vossa excelência, que eu acho que são importantes. A primeira é que houve um corte muito grande do governo em relação ao orçamento da Codhab, que é o orçamento da moradia popular. Isso é algo que nós temos trazido para cá porque nós sabemos o tamanho do déficit habitacional. Ele é enorme, é de mais de 100 mil moradias no Distrito Federal. Quando nós falamos de condomínios, vem à cabeça de todo mundo só o condomínio da classe média e dos ricos. Nós nos esquecemos daquele condomínio que o povo constrói com muita dificuldade. Às vezes, não há muro nem guarita porque o povo não dá conta de construir, já que estão em áreas de regularização de interesse social. Nós nos esquecemos desses condomínios.

Eu fiz uma emenda, presidente. A minha sugestão era que o recurso fosse todo para o fundo de habitação e não fosse para o fundo da Seduh – até porque houve um corte do governo. Sugerir isso para que houvesse o mínimo de equilíbrio e o dinheiro voltasse para a Codhab fazer moradia popular, a fim de garantir que a população mais pobre tivesse direito à moradia. A emenda foi rejeitada no relatório, mas eu queria só fazer o registro da nossa emenda, que se destinava a combater a desigualdade social.

Quando nós falamos de condomínio, o povo só se lembra dos condomínios da classe média e dos ricos, mas esquece que há outros. É porque o povo não chama de condomínio, chama de assentamento, chama de acampamento, chama de outras coisas. Muitos deles estão em processo de regularização. São condomínios de pessoas que estão batalhando e lutando pelo seu direito à moradia. Nós fizemos essa proposta.

A segunda ponderação é no sentido de salientar que o projeto de lei complementar também não trata de um plano de mobilidade dentro dos loteamentos. Isso falta e é uma discussão que nós precisamos fazer, porque existem loteamentos enormes.

Nós conversamos com a administração do Condomínio Ouro Vermelho 1. O Ouro Vermelho 1 se esforça. Eles pagam transporte interno para os moradores, mas lá é gigantesco, como outros condomínios, e não há um plano de mobilidade de ligação das áreas internas para as áreas externas. Essa é uma lacuna no projeto. Trata-se de uma precariedade. Para se pensar em muros e guaritas, nós temos que pensar em toda uma estrutura. É com planejamento que se consegue fazer ligação com as várias questões urbanas relacionadas à discussão do projeto. Acho que é uma deficiência do projeto essa falta de um plano de mobilidade.

Eu quero fazer esse registro e solicitar à Secretaria de Desenvolvimento Urbano que faça um debate sobre mobilidade dentro dos condomínios do Distrito Federal, porque, muitas vezes, esses condomínios não têm acessibilidade, não têm processo de transporte público, não têm ligação entre eles. Assim, as cidades e as pessoas mais pobres é que acabam pagando a conta.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Quero acompanhar vossa excelência nos 2 raciocínios. Quanto à questão da mobilidade, o PDTU talvez seja um instrumento importante para nós avançarmos nisso. De fato, há uma preocupação muito grande a respeito disso, deputado Fábio Félix. Nós acompanhamos os condomínios e entendemos que esse tema precisa ser cuidado com zelo, conforme o senhor colocou.

Com relação ao orçamento, da mesma maneira, acho que foi um equívoco quanto ao orçamento. Um dos itens mais importantes na Constituição é o direito à moradia. Por isso, nós vamos avançar nisso. Inclusive, já tenho cobrado da Secretaria de Economia a recomposição dos valores, conforme o senhor vem alertando desde o ano passado.

Fica aqui o nosso compromisso. Eu me irmano ao seu entendimento para que nós possamos cobrar essa questão e obter uma resposta o mais rápido possível.

Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem "sim" e aos que o rejeitam que votem "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 20 votos favoráveis.

Foi aprovado. (Palmas.)

Em discussão o § 2º do art. 28 do Projeto de Lei Complementar nº 61/2025.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir.) – Presidente, repetindo o que falei ao fazer o requerimento, afirmo que o § 2º do art. 28 permite que sejam criadas infrações por meio de regulamento. Isso fere o princípio da legalidade. Por isso, pedi o destaque para que qualquer infração seja determinada por lei.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para discutir.) – Qualquer infração.

O que estou dizendo é que as infrações não podem ser determinadas por regulamento. Infração tem que ser determinada por lei. A lei está permitindo que seja por regulamento. Por isso, eu pedi o destaque, para eu poder votar contra.

É muito importante que saibamos o que estamos votando. Expliquei novamente.

Agradeço o tempo concedido, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua em discussão a parte destacada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, eu queria orientar os 3 deputados do Partido dos Trabalhadores – eu, o deputado Ricardo Vale e o deputado Gabriel Magno – para votarmos com o deputado Thiago Manzoni, votarmos "não".

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua em discussão.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Oriento a base a manter o parágrafo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vossas excelências sabem que sou extremamente obediente, mas, neste caso específico, vou acompanhar o deputado Thiago Manzoni. Entendo exatamente como o presidente da CCJ.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, a orientação do governo é o contrário disso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O deputado Hermeto, como líder do

governo, exerceu o papel dele. Eu manifestei a mesma preocupação que o deputado Thiago Manzoni e disse que vou acompanhar o raciocínio de sua excelência.

O deputado Hermeto disse que a orientação do governo é para votar "sim".

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, para ficar claro, ressalto que o voto – para que seja acatado o destaque – é "não". E precisamos de 13 votos, ou melhor, maioria simples.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu já manifestei o meu sentimento, deputado Chico Vigilante, exatamente igual ao que foi apresentado pelo deputado Thiago Manzoni.

A liderança do governo deixou bem claro que a posição do governo é "sim".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Eu quero até fazer um apelo para o meu amigo deputado Hermeto, que está se revelando um bom líder de governo, para sua excelência se somar conosco.

Isso não trará nenhum prejuízo para o governo, deputado Hermeto. Só vai dar mais tranquilidade para os moradores. Portanto, eu queria pedir a vossa excelência que abrisse mão e votasse conosco. Veja que estou aqui junto com o deputado Thiago Manzoni.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Isso é um momento raro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Não é?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Pelo amor de Deus, não vamos perder essa oportunidade. Vamos juntos.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, quero trazer uma reflexão. O meu problema com relação a tirarmos a parte das infrações – por isso, discordo do deputado Thiago Manzoni na proposta de sua excelência – é que não temos a previsão de que haverá uma nova lei específica para regulamentar isso. Se tirarmos do texto as infrações e colocarmos uma emenda que preveja uma lei que regulamentará esse procedimento administrativo, tudo bem; mas haver nada, achamos que é ruim.

Acho que há um problema aí, pois é preciso prever o que o governo vai fazer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Mas a legislação já tem essa previsão.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Pois é, mas não está claro para nós isso.

Estamos fazendo arremedios num projeto que, primeiro, teve admissibilidade. Agora estamos tirando um artigo inteiro. Acho perigoso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, é só um parágrafo, não é o artigo inteiro, não.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Marcelo, no Código de Obras, não há previsão disso?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – No Código de Obras e na Lei de Parcelamento também.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, deputado Chico Vigilante, tranquilamente, são novos tempos de liderança do governo, é uma liderança de conciliação. Para que possamos sempre ter uma base, vamos votar junto com vossa excelência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Muito obrigado, deputado Hermeto. Obrigado mesmo.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – A orientação da base

é “não”.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob nova administração.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Novos tempos de liderança.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A vida do rico é diferente.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – A orientação é “não”, junto com o deputado Thiago Manzoni e o deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Lembro que há um acordo para votar “não” ao destaque, especificamente ao § 2º do art. 28, conforme foi esclarecido tanto pelo deputado Thiago Manzoni quanto pelo deputado Chico Vigilante.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o destaque que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

Houve 15 votos contrários, 3 abstenções e 6 ausências.

Foi rejeitado.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo deputado João Cardoso.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item da pauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.586/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões.

A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao deputado Eduardo Pedrosa que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, vossa excelência pode incluir como extrapauta o Projeto de Lei nº 1.618/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o reajuste salarial dos empregados públicos que integram o quadro de Empregados Permanentes em Extinção do IPEDF CODEPLAN”?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho a solicitação de vossa excelência e solicito que seja incluído na pauta para votação.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.586/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”.

O projeto de lei visa alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, para autorizar nomeação em concurso público para a carreira pública de desenvolvimento e assistência social, em um total de 1.197 vagas, e para possibilitar novo organograma e tabela de empregos em comissão na TCB.

A matéria está acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico, razão pela qual manifesto voto pela admissibilidade do projeto de lei.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Em mais uma demonstração de sensibilidade do governo, o secretário-chefe da Casa Civil,

doutor Gustavo Rocha, disse para o deputado Hermeto que o governo concorda com o que foi apresentado e votado por esta casa. Ele me ligou, eu não vi, mas consegui falar com o deputado Hermeto.

Então, agradeço ao Governo do Distrito Federal, ao governador Ibaneis Rocha e ao secretário-chefe da Casa Civil, doutor Gustavo Rocha, atento e sensível às ponderações desta casa.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Obrigada, presidente.

Eu só queria fazer um registro. Sempre ficamos muito felizes quando temos a possibilidade – a LDO é autorizativa – de fazer provimento na carreira de desenvolvimento e assistência social, tão importante.

Com base nisso, eu gostaria que esta casa sensibilizasse o governo quanto ao déficit da saúde no Distrito Federal. O Hospital Regional de Taguatinga enfrentou uma situação de déficit muito difícil. Hoje, faltam 25 mil servidores na saúde. Há hospitais com déficit de quase 6 mil horas de técnicos de enfermagem.

Pelo jeito, a solução que estão propondo é ampliar o número de leitos do IGESDF e não cuidar da secretaria, que está sucateada. Então, quero fazer o registro de que precisamos também de nomeações na saúde do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Eu só gostaria de lembrar a todos que estamos em processo de votação e de solicitar que as manifestações sejam pertinentes à matéria apreciada.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar o deputado Eduardo Pedrosa pelo parecer.

A proposta da TCB é fruto de um debate da nossa comissão com a TCB. Ela está em extinção, mas, ao mesmo tempo, acumula um monte de novas funções. Ela está com o DF Acessível e com um projeto junto com o Hemocentro. Agora, ela tem o CSO abarcado, em parceria com a Secretaria de Transporte e Mobilidade.

Além de reestruturar a LDO, a nossa luta é também convencer o Governo do Distrito Federal a tirar a TCB da extinção e levá-la para a reorganização. Assim, vamos conseguir fazer sua reestruturação, uma vez que ela tem total *know-how* para ser referência em mobilidade no Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu estou aqui a me perguntar se uma empresa que está em extinção e não tem nem 20 ônibus precisa de 34 cargos comissionados. Para que 34 cargos comissionados – parece-me que são de livre provimento – na TCB? Se criamos um cargo aqui no Poder Legislativo, levamos um cacete miserável. Não é assim?

Vamos analisar o valor desses cargos? Quem serão as pessoas a serem nomeadas? Precisam efetivamente desses cargos? Por que não fortalecer a Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal? Por que criar essa montanha de cargos comissionados na TCB? Para quem? Serve a quem isso aí? Essas são as grandes indagações que eu faço.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua em discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 21 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.586/2025, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto de lei que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 21 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.588/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Designo o deputado Eduardo Pedrosa como relator pela CEOF.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.588/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025, e dá outras providências".

O projeto visa incluir na lei de diretrizes orçamentárias de 2025 um dispositivo que exclui as despesas decorrentes dos acordos coletivos das estatais dependentes, bem como a previsão de provimento de 40 cargos de defensor público e 250 cargos de analista na Defensoria Pública do Distrito Federal.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, no âmbito desta comissão, manifesto o voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.588/2025.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, rapidamente quero fazer um registro.

Nós já tínhamos pedido anteriormente a palavra para vossa excelência. Quero agradecer ao deputado Eduardo Pedrosa, fazendo uso da palavra num momento errado, mas dizendo que é muito importante o concurso da assistência social.

Nós temos lutado por isso. Quero ressaltar também a luta do Sindsasc, que é o sindicato representativo da categoria, e a luta da secretária, que também tem lutado muito para que esse concurso possa sair o quanto antes. Nós precisamos de recomposição para que tenhamos mais profissionais.

Muita gente não sabe, mas eu entrei no GDF por meio da carreira pública de assistência social. Eu sei da importância dessa carreira. Nós precisamos de mais profissionais nas unidades de acolhimento, nos Cras e nos Creas.

Então, esse concurso tem que sair o quanto antes. Portanto, foi importante a aprovação feita por esta casa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Em discussão o parecer da CEOF.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 21 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.588/2025, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 20 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA) – Presidente, quero registrar meu descontentamento ao ver o governo colocar assistência social para as nossas crianças junto com criação de cargos. Uma coisa é concurso público, outra coisa é criação de cargos.

Isso fica muito ruim para nós, parlamentares. Como foi dito deputado Chico Vigilante, quando aumentamos um cargo aqui, muitas vezes levamos pau da imprensa. Agora o governo manda para esta casa um projeto que traz a necessidade de nomeação de servidores, quando há uma população de quase 600 mil pessoas em extrema pobreza. E o governo coloca isso junto com aumento de cargos comissionados!

Registro, presidente, que nessas horas nós precisamos usar a autonomia que temos no parlamento e exigir do Governo do Distrito Federal que separe as coisas porque uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Esses cargos vão onerar o contribuinte, que muitas vezes não tem, principalmente, fiscalização adequada na mobilidade do Distrito Federal. Estamos pagando o pato pela irresponsabilidade desse crédito que está sendo colocado aqui pelo Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.618/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o reajuste salarial dos empregados públicos que integram o quadro de Empregados Permanentes em Extinção do IPEDF CODEPLAN”.

Designo o deputado Rogério Morro da Cruz como relator pela CAS.

Solicito ao deputado Rogério Morro da Cruz que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PRD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 1.618/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o reajuste salarial dos empregados públicos que integram o quadro de Empregados Permanentes em Extinção do IPEDF CODEPLAN”.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Designo o deputado Eduardo Pedrosa como relator pela CEOF.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 1.618/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o reajuste salarial dos

empregados públicos que integram o quadro de Empregados Permanentes em Extinção do IPEDF CODEPLAN”.

O percentual do reajuste será de 6,12%, a contar da publicação da lei, e de 5,88%, a contar de 1º de novembro de 2025. A matéria está acompanhada da estimativa de impacto e da declaração de disponibilidade orçamentária conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No âmbito desta CEOF, manifesto voto pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 17 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Designo o deputado Thiago Manzoni como relator pela CCJ.

Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 1.618/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o reajuste salarial dos empregados públicos que integram o quadro de Empregados Permanentes em Extinção do IPEDF CODEPLAN”.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 17 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Senhor presidente, solicito a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 63/2025, que “Altera a Lei Complementar nº 889, de 24 de julho de 2014, que dispõe sobre a composição do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN e dá outras providências”.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não. Deputado Hermeto, temos que consultar os deputados.

O deputado Hermeto está pedindo para que o projeto seja incluído na ordem do dia. Vou consultar os líderes. Lembrando que havia a necessidade de se fazer uma emenda – e a emenda foi feita – para esclarecer a questão do recebimento do *jeton* em relação à quantidade de reuniões. O Marcelo deixou bem claro, mas houve um pedido para que fosse incluída no projeto uma emenda esclarecendo isso.

Preciso consultar os deputados, porque há um acordo e porque há um pedido do deputado Hermeto como líder. O problema está sanado, mas preciso fazer a consulta porque houve um acordo ontem de que esse projeto seria apreciado na semana que vem. Então, só outro acordo é que poderia sobrepor o acordo anterior.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, em nome do nosso bloco, agora mesmo, aqui, propusemos o adiamento da votação a respeito dos muros e guaritas, para que houvesse mais discussão. E foi observado pelas lideranças do governo, corretamente, que havia acordo no Colégio de Líderes para que o projeto fosse votado hoje.

Nós estamos fazendo um esforço enorme de debate e discussão para que o projeto seja aprovado da melhor forma possível. Então, do nosso ponto de vista, temos que seguir o acordo, porque às vezes a coisa está resolvida na cabeça do líder do governo, mas não está resolvida na cabeça de outros deputados. É bom que tenhamos a discussão no Colégio de Líderes na segunda e que cumpramos o rito que pactuamos anteriormente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Conforme foi dito aqui, deputado Fábio Félix, nós só vamos avançar se houver acordo. E, nesse caso, seria por unanimidade. Não havendo acordo, ficará para a semana que vem, conforme acordamos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente e deputado Hermeto, em nome da bancada do PT e da Minoria, já que o deputado Chico Vigilante se ausentou, informo que há outro problema – não só o das reuniões mensais ou não – que a Emenda nº 2 não resolve, pois o projeto cria uma gratificação de 10% para o governador. Isso se dá porque ele cria gratificação para o presidente do Conplan, que, pela lei complementar, é o governador do Distrito Federal. Então, há o problema também de criar mais uma gratificação para o governador do Distrito Federal. Por isso a nossa posição é de que levemos o assunto para o Colégio de Líderes para podermos debatê-lo.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Vamos votar contra a criação de gratificação para o governador do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Gente, nós estamos em processo de votação. A matéria vai ser discutida na segunda-feira que vem.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Presidente, como não há acordo... Deputado Gabriel Magno, não há acordo, então, vamos cumprir o acordo do Colégio de Líderes. Era só se houvesse, está bem?

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não houve acordo, fica para segunda-feira, conforme...

DEPUTADO HERMETO (MDB) – Só para deixar registrado, essas gratificações já existem. Já existem, e o governador Ibaneis iria abrir mão disso. Deixa para lá. Não vou nem comentar.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não. Vamos discutir isso na segunda-feira. Eu já manifestei meu interesse. Eu acho que tem que fazer essa alteração, sim, pois há uma necessidade. São matérias extremamente importantes, que dizem respeito ao povo de Brasília.

Vamos dar continuidade.

Em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.618/2025.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Há 20 deputados presentes. Não houve manifestações contrárias.

Foi aprovado.

Já há acordo com relação à questão do cálculo? Não vai constar? Vai constar? (Pausa.) Não vai constar. *Ok*.

Então, só deixando bem claro, não haverá a emenda que faz constar o cálculo. Vamos votar logo esse projeto?

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação em segundo turno dos seguintes projetos:

– Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 54/2025, de autoria da Mesa Diretora, que “Fixa o valor de auxílio-alimentação e de auxílio-creche devidos aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal”;

– Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 55/2025, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera a Resolução nº 337/2023, que “dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”;

– Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.571/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”;

– Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 10.000.000,00, e dá outras providências”;

– Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre loteamento de acesso controlado do Distrito Federal e dá outras providências”;

– Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.586/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”;

– Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.588/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.549, de 30 de julho de 2024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências”;

– Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.618/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o reajuste salarial dos empregados públicos que integram o quadro de Empregados Permanentes em Extinção do IPEDF, CODEPLAN”.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Adasa – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

AOSDs – Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos

CAF – Comissão de Assuntos Fundiários

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CDDHCLP – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa

CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

CED – Centro Educacional

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

CFGTC – Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

CNN – Cable News Network; em português, Rede de Notícias a Cabo

Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

Conplan – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

COP30 – 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CSO – Centro de Supervisão Operacional

DPJ – Departamento de Parques e Jardins da Novacap

Fecomércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

